

NATAL, 2024



EPISTEMOLOGIA GERAL E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

Com uma introdução a Epistemologia Feminista



EPISTEMOLOGIA GERAL E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

JOSE EDUARDO MOURA

PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Núcleo de Educação a Distância (NEaD) do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN)

DESIGNER INSTRUCIONAL

Everlane Ferreira Moura

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ana Laura de Oliveira



REITOR:

Daladier Pessoa Cunha Lima

VICE-REITORA:

Ângela Maria Guerra Fonseca

PRÓ-REITORA ACADÊMICA:

Fátima Cristina de Lara M. Medeiros

DIRETORA ACADÊMICA:

Wannise de Santana Lima

COORDENADORA INSTITUCIONAL:

Carla Andressa de Azevedo Costa

COORDENADOR DE PESQUISA E

PÓS-GRADUAÇÃO:

Aluísio Alberto Dantas

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO:

Alcir Veras

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:

Coordenação e designer instrucional
Wannise de Santana Lima

Designers instrucionais
Cristiane Clébia Barbosa
Everlane Ferreira Moura

Especialistas do Ambiente Virtual de
Aprendizagem (AVA)
Leonardo Gonçalves de Almeida
Luciano Medeiros de Araújo

Audiovisual
Artur Torres de Oliveira Bezerra
Gabriel Nunes Duarte Guimarães

Projeto gráfico e diagramação
Ana Laura de Oliveira

Catálogo na Publicação - Biblioteca UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Moura, José Eduardo.

Epistemologia geral e teoria da argumentação / José Eduardo Moura; Designer instrucional: Cristiane Clébia Barbosa e Everlane Ferreira Moura; Audiovisual: Artur Torres de Oliveira Bezerra e Gabriel Nunes Duarte Guimarães; Projeto gráfico e diagramação: Ana Laura de Oliveira. – 3. ed. – Natal: UNI-RN, 2024.

116 p.

Material didático-pedagógico.
Material atualizado e revisado.
ISBN: 978-65-88305-82-9.

1. Epistemologia. 2. Argumentação. 3. Justificação. 4. Validade. 5. Lógica. 6. Teoria clássica da argumentação. I. Barbosa, Cristiane Clébia. II. Moura, Everlane Ferreira. III. Bezerra, Artur Torres de Oliveira. IV. Guimarães, Gabriel Nunes Duarte. V. Oliveira, Ana Laura de. VI. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 165

Larissa Inês da Costa (CRB 15/657)



SOBRE O AUTOR

joseeduardomoura@unirn.edu.br



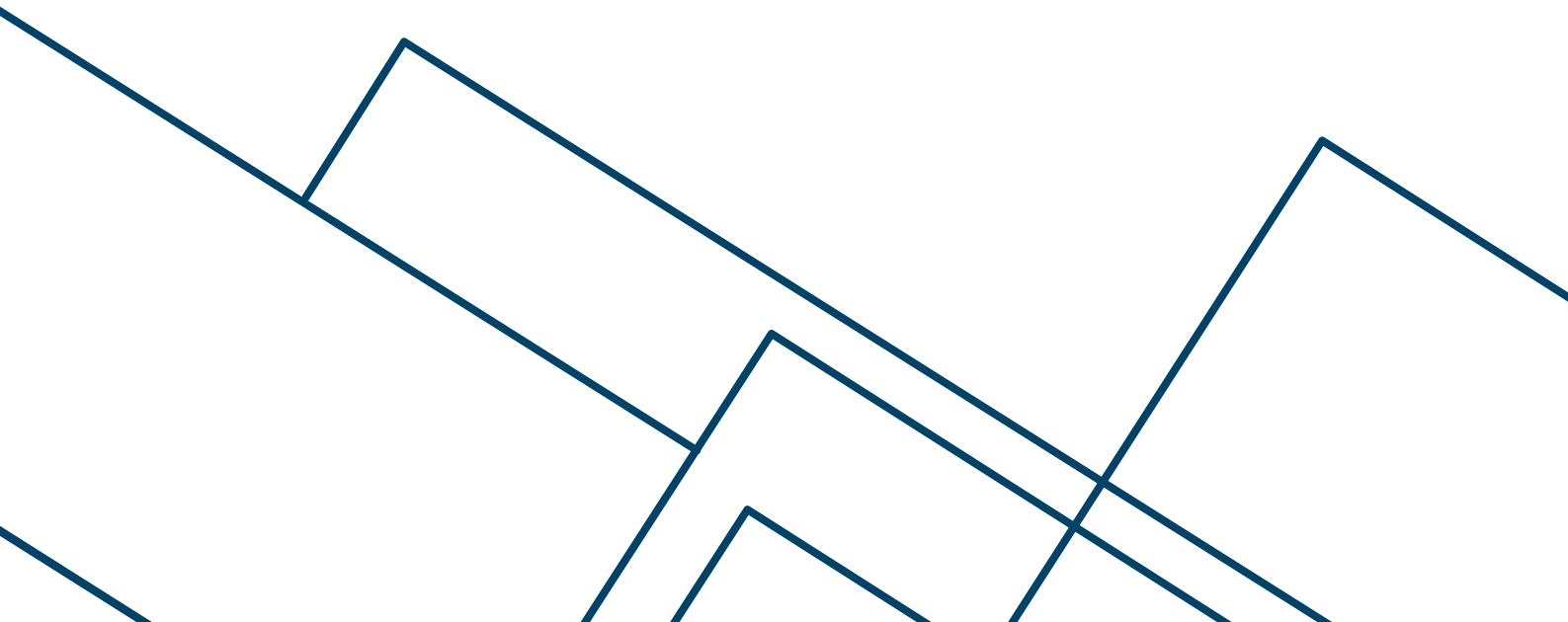
Olá.

Meu nome é José Eduardo de Almeida Moura. Sou Licenciado em Pedagogia e, como me meti em ensino superior, fiz Mestrado e Doutorado em Filosofia. O pessoal que estuda comigo costuma me chamar de Zé.

Ensino há muito tempo e faço isso com gosto.

Minha experiência com essa metodologia de ensino — parte a distância e encontros presenciais — é recente e, por isso, conto com sua crítica para apontar meus erros e melhorar o material que utilizamos. Esta é a terceira versão deste *e-book* e incorpora muitas das críticas a versões anteriores e uma novidade: uma introdução a Epistemologia Feminista.

Vamos trabalhar duro nesta disciplina. Você contará comigo para as discussões necessárias e disporá, para isso, dos meios de discussão do AVA e do e-mail.



Lista de tabelas

Tabela 1	–	Resumo das Tabelas de Verdade 1	48
Tabela 2	–	Resumo das Tabelas de Verdade 2	48
Tabela 3	–	Formalização do Argumento do primeiro parágrafo de <i>A Crença</i>	49
Tabela 4	–	Teste de Validade da Argumentação	51
Tabela 5	–	Teste de Validade do Argumento do primeiro parágrafo de <i>A Crença</i> , parte 2	52
Tabela 6	–	Teste de Validade do Argumento do primeiro parágrafo de <i>A Crença</i> , parte 3	53
Tabela 7	–	Indicadores de conclusão e de premissa	84
Tabela 8	–	Expressões que unem premissas	84
Tabela 9	–	Exemplos de Formas de Argumentos	87
Tabela 10	–	Formas de dizer todo $A \text{ é } B$	95
Tabela 11	–	Formas de dizer nenhum $A \text{ é } B$	95
Tabela 12	–	Formas de dizer algum $A \text{ é } B$	95
Tabela 13	–	Formas de dizer algum $A \text{ não é } B$	96

6.1.4.1	A natureza da retórica	75
6.1.4.2	Definição aristotélica de retórica	75
6.1.4.3	Gêneros de discurso retórico	75
6.1.4.4	Tipos de provas	75
6.1.4.5	Partes da retórica	75
6.1.5	A nova retórica	77
6.1.5.1	Demonstração e argumentação	77
6.1.5.2	A lógica do preferível	77
6.1.5.3	Os pontos de partida da argumentação	78
6.1.5.4	O auditório	79
6.1.5.5	As técnicas argumentativas	80
6.1.5.6	A eficácia da argumentação	81
6.1.5.7	Retórica e filosofia	81
7	O argumento como estrutura discursiva/dialogal.	82
7.1	A identificação de argumentos.	83
8	A forma lógica	86
9	A representação e a análise dos argumentos	89
9.1	A representação dos argumentos	89
9.2	A análise dos argumentos	91
9.2.1	O Silogismo	91
9.2.2	O Teste Estrela	92
9.2.3	Argumentos em português	94
9.2.3.1	Faça duas análises por argumento	94
9.2.3.2	Cuidados com a formalização	94
9.2.4	Traduções mais complexas	94
9.3	O válido e o falacioso.	98
9.3.1	Argumento por enumeração (ou por exemplo)	100
9.3.2	Argumento por analogia	101
9.3.3	Argumento por uso da opinião de perito (“especialista”)	103
9.3.4	Argumento por uso de posição de conhecimento	104
9.3.5	Argumento por uso de declaração de testemunha (“Witness Testimony”)	105
9.3.6	Argumento por uso da Opinião popular	105
9.3.7	Argumento da Correlação à Causa	106
9.3.8	Argumento da Causa ao Efeito	106
9.4	A refutação.	107
10	A teoria da argumentação feminista	109
	Referências	111

Apresentação da Disciplina

A disciplina **Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação** é fundamental para sua formação, mas tem uma característica muito particular: não desenvolve conteúdos profissionalizantes (a não ser para filósofos). Sua natureza é instrumental. Serão feitas leituras e discussões com o objetivo de **melhorar suas práticas de ler e discutir**. Mas não vamos tratar de técnicas de leitura nem de oratória. Essa aprendizagem será consequência da aplicação, em qualquer conteúdo, do que será discutido.

Se observar com cuidado suas práticas diárias de uso da linguagem comum, nas conversas, nas leituras, nas reclamações, nos seus monólogos solitários, nos murmúrios ininteligíveis do dia a dia, você se dará conta do quanto de conhecimento (matéria de análise da epistemologia) e de justificação, fundamentação, prova (temas de análise da teoria da argumentação) você usa. E, assim mesmo! Sem se dar conta que está argumentando sobre o que sabe ou faz, sem se dar conta que usa conhecimentos e saberes comuns e pessoais.

Esta disciplina, Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação, quer discutir essas coisas para **melhorar seu desempenho nessas práticas comuns e na leitura e produção de textos científicos e jurídicos**.

O texto que você está lendo, é o guia fundamental da disciplina. Está em sua terceira versão que, além de tentar vencer as críticas feitas a versões anteriores, é atualizado com discussões mais recentes sobre os diversos temas tratados.

O exame do **Plano de Ensino** seguinte (e que tem cópia no AVA) fará as coisas ficarem mais claras.

I – DISCIPLINA

Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação

PROFESSOR: José Eduardo de Almeida Moura

e-mail: joseeduardomoura@unirn.edu.br

PERÍODO: 1º

CARGA HORÁRIA: 60h

CURSO: Direito e Psicologia

II – EMENTA

Teoria da Argumentação como Lógica. A Epistemologia e a Lógica como disciplinas filosóficas. O lugar da linguagem no processo de conhecimento. Conhecimento e ação: saber, saber-fazer, conhecer lugares e pessoas. A definição tripartida de conhecimento. Teorias sobre Crença, sobre Verdade, sobre Justificação. Justificação, Fundamentação, Argumentação. Argumentar e demonstrar. O lugar da lógica na argumentação. Os Esquemas de Argumentação comuns na ciência e no Direito. A avaliação dos argumentos científicos e jurídicos.

III. COMPETÊNCIAS – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes

O aluno deve concluir a disciplina sendo capaz de:

(Conhecimentos:)

- 1 compreender as principais características do conhecimento e distingui-lo da opinião e da ignorância;
- 2 entender alguns problemas relativos às discussões sobre as teorias do conhecimento;
- 3 conhecer alguns instrumentos da metodologia da discussão crítica, compreender o impacto das novas tecnologias na ciência e na prática profissional;

(Habilidades:)

- 1 adotar uma metodologia crítica (filosófica) de leitura e discussão de textos e desenvolver competência na leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos profissionais, bem como a devida utilização das normas técnicas;

- 2 desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação com o objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito profissional;
- 3 identificar dados da prática profissional que sejam indicadores da necessidade de novas explicações;
- 4 identificar argumentos e aplicar elementos de lógica para a análise da validade de argumentos;
- 5 identificar, dentre argumentos não-válidos, as falácias comuns, e avaliá-las e refutá-las através da prática da argumentação para defesa e refutação de pontos de vista comuns ou científicos;
- 6 demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão utilizando corretamente a terminologia e as categorias profissionais na elaboração e apresentação argumentos orais e escritos;
- 7 saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional;
- 8 desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- 9 demonstrar o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do conhecimento;
- 10 desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais da área ou de caráter interdisciplinar;

(Atitudes:)

- 1 aceitar criticamente a diversidade e o pluralismo cultural;
- 2 compreender criticamente os fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- 3 atuar em diferentes contextos, entendendo o que define as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- 4 ser capaz de utilizar o raciocínio lógico-dialético, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica, a partir da realidade fática circundante.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. Epistemologia e Lógica como filosofia
 - 1.1. As áreas / disciplinas filosóficas
2. Preliminares:

- 2.1. Pensamento e linguagem
 - 2.2. Linguagem: jogo, uso e significado
 - 2.3. Proposição e sentença
 - 2.4. Uso e menção
 - 2.5. Conhecimento e argumentação
 - 2.6. Introdução à lógica proposicional
3. O conhecimento
 - 3.1. A definição tripartida de conhecimento
 - 3.2. A justificação e a argumentação

UNIDADE II

1. A teoria clássica da argumentação
 - 1.1. A lógica
 - 1.2. A retórica
2. O argumento como estrutura discursiva/dialogal.
 - 2.1. A identificação de argumentos.
3. A forma lógica dos argumentos.
4. A representação e a análise dos argumentos.
 - 4.1. A representação dos argumentos.
 - 4.2. A análise dos argumentos.
 - 4.3. O válido e o falacioso.
5. A refutação.

V – METODOLOGIA

Ambientação – Na primeira semana o professor fará a apresentação da disciplina, orientando sobre a metodologia para o ensino híbrido — que mescla momentos *online*, em que o aluno organiza o seu estudo individualizado de forma autônoma, aproveitando as tecnologias para ampliar a conexão com os objetos de aprendizagem e os momentos presenciais/virtuais em que desenvolve atividades em grupo, valorizando a interação e o aprendizado coletivo e colaborativo. Por isso, é necessário desde o início da disciplina uma atenção e domínio do AVA — ambiente virtual de aprendizagem — <http://ava.unirn.edu.br>, e de suas ferramentas de comunicação, interação e avaliação.

Construção da aprendizagem – Na disciplina híbrida o professor é o mediador da aprendizagem e faz isso gerando situações pedagógicas que estimulem o processo de protagonismo, de autogestão, de reflexão e de formação de qualidade dos alunos. Em cada unidade são disponibilizados no AVA os materiais de estudo (textos, ebooks, vídeos, *podcast*) com os conteúdos completos das unidades e as atividades. O professor

irá propor estratégias ativas para a construção da aprendizagem, tais como: estudos e escrita de artigos científicos e ensaios, resolução de problemas, estudos de casos reais e/ou simulados, projetos de trabalho, portfólios/*webfólios*, visitas técnicas e pesquisas de campo, grupos de aprendizagem, seminários, ensaios argumentativos, cineclubes, rodas de leitura, pôsteres, simulação de atuação profissional, debates, entrevistas, *podcast*, vídeos, dramatização, dentre outras.

As interações – São fundamentais para a construção do conhecimento e vão acontecer de forma assíncrona (por mensagem, fóruns) ou síncrona (sala virtual — ao vivo) no Ambiente Virtual de Aprendizagem, ou em encontros presenciais. O professor estabelecerá uma comunicação frequente com os estudantes, estando disponível para orientações via AVA. Estão previstos pelo menos 2 encontros ao vivo — presenciais ou virtuais por unidade, nas datas programadas no cronograma da disciplina.

Atividades – Semanalmente estão previstas leituras obrigatórias e atividades propostas pelo professor. As atividades no AVA são organizadas de forma que a construção da aprendizagem aconteça ao longo da disciplina, com base no estudo do material e fundamentação científica das produções. Por isso, elas são componentes obrigatórios e fazem parte da avaliação final de cada uma das unidades. As atividades propostas são computadas como frequência na disciplina, sendo necessária a dedicação de pelo menos duas horas semanais para estudo.

VI – AVALIAÇÃO

O processo de avaliação da aprendizagem do estudante realizar-se-á de forma contínua, com foco no desempenho individual e no desenvolvimento das competências previstas no plano levando-se em consideração: as provas e a participação em outras atividades acadêmicas desenvolvidas em sala de aula (trabalhos individuais e em grupo); a resolução de exercícios postados no AVA; e a presença (frequência) às aulas presenciais ou virtuais.

A nota de Primeira Unidade (Primeira Avaliação) será a média aritmética simples dos exercícios (50%) e prova (50%) realizados. A nota da Segunda Unidade (Segunda Avaliação) será a média aritmética simples dos exercícios (50%) e prova (50%) realizados, conforme detalhado a seguir.

- Unidade I - Atividades Obrigatórias
 - Atividade 1 Média aritmética simples da primeira metade (50%) dos exercícios realizados através do AVA. Pontuação: 2,5 pontos
 - Atividade 2 Média aritmética simples da metade (50%) restante dos exercícios realizados através do AVA. Pontuação: 2,5 pontos
 - Prova Prova individual, realizada através do AVA. Pontuação: 5,0 pontos
- Unidade II - Atividades Obrigatórias
 - Atividade 3 Média aritmética simples da primeira metade (50%) dos exercícios realizados através do AVA. Pontuação: 2,5 pontos
 - Atividade 4 Média aritmética simples da metade (50%) restante dos exercícios realizados através do AVA. Pontuação: 2,5 pontos

- Prova Apresentação de Seminário sobre tema proposto (elaboração do texto: 2,0 pontos; apresentação oral e discussão com a plateia: 3,0 pontos). Pontuação: 5,0 pontos

Reposição – O aluno que faltar à prova da Unidade I deverá solicitar reposição via requerimento online, que será analisado pela coordenação de curso; o aluno que faltar à apresentação do Seminário fará apresentação individual do tema. A nota da reposição envolve a realização de todas as atividades previstas por Unidade e a prova da Unidade conforme data prevista no cronograma.

Recuperação – A nota da Unidade I vale 40% e a da Unidade II vale 60% da média na disciplina. Caso a média da disciplina seja inferior a 7, o estudante fará uma prova de recuperação valendo 10 pontos. a média final para aprovação, com recuperação é 6.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

1. ATIENZA, Manuel; CUPERTINO, Maria Cristina Guimarães. *As razões do direito: teorias da argumentação jurídica*. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2014. 287 p. ISBN 978-85-309-5100-9. - E-book Minha Biblioteca”
2. COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978. 477 p.
3. REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 253 p. (Justiça e Direito).

Bibliografia Complementar

1. ARISTÓTELES. *A retórica*. <https://doceru.com/doc/8x0c11x>
2. ARISTÓTELES. *Poética, Organon, Político, Constituição de Atenas*. http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=144
3. CAVALCANTI, Arthur José Faveret. *A estrutura lógica do Direito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 240 p.
4. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Argumentação Jurídica*. São Paulo: Manole, 2014. - E-book Minha Biblioteca
5. PERELMAN, Chaim. *Lógica jurídica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. ISBN 85-336-2065-9.

IX – CRONOGRAMA

O Cronograma, ajustável, de acordo com o desempenho da turma terá uma parte fixa: avaliações — conforme o Calendário Acadêmico do semestre —, será publicado no AVA.

Além dessa Bibliografia do Plano de Ensino (oficial), há muitos outros textos na Biblioteca do UNI-RN e na *Internet* que podem ajudar nas discussões, dentre eles,

TEXTOS ADICIONAIS DISPONÍVEIS NA BIBLIOTECA DO UNI-RN OU NA INTERNET

AJDUKIEWICZ, Kazimierz. *Problemas e teorias da filosofia: teoria do conhecimento e metafísica*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979. 180 p.

ARISTÓTELES. *Tópicos. Refutações Sofísticas*.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

CHISHOLM, Roderich. *O que é a teoria do conhecimento?*. <https://criticanarede.com/epiqueeapist.html>

GETTIER, Edmund. *É a crença verdadeira justificada conhecimento?*. <https://criticanarede.com/epigettier.html>

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. *A Teoria do Conhecimento. Uma Introdução Temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NUNES, Álvaro. *O que é o conhecimento?*. <https://criticanarede.com/anunesoqueeocnhhecimento.html>

PLATÃO. *Teeteto*.

SHAND, John. *O que é a filosofia?*. <https://criticanarede.com/oqefilosofia.html>

STEFANI, Jacqueline. *Conhecimento e argumentação em Aristóteles*. *Hypnos* 31:199-218 (2013)

P. D. MAGNUS; Tim BUTTON; com acréscimos de J. Robert Loftis Robert Trueman. Remixado e revisado por Aaron Thomas-Bolduc, Richard Zach. Adaptado, re-remixado, re-revisado e ampliado pelo Grupo de Estudos em Lógica da UFRN (GEL–Carolina Blasio). *Para Todxs: Natal uma introdução à lógica formal*. Disponível em: [https://github.com/Grupo-de-Estudos-em-Logica-da-UFRN/Para-Todxs-Natal/blob / main/paratodxsnatal.pdf](https://github.com/Grupo-de-Estudos-em-Logica-da-UFRN/Para-Todxs-Natal/blob/main/paratodxsnatal.pdf)

Outros recursos disponíveis que podem ser utilizados, para lembrar aspectos importantes, históricos, de certas discussões são os Buscadores de Internet (“browsers”) e seus geradores inteligentes de respostas do tipo “Bard”, “ChatGPT” e semelhantes.

O cuidado que você precisa ter com a utilização dessas ferramentas é não aceitar, sem crítica, o que é apresentado. Elas trabalham com uma quantidade inimaginável de dados e informações, mas não têm sua capacidade crítica, sua visão de mundo, seus parâmetros de linguagem.

Releia, com atenção, o item III do Plano de Ensino: Competências.

Você deve ter observado que somente os conhecimentos 1, 2 e 3 da lista de Competências fazem referência a algum conteúdo específico. Todas as outras competências listadas são de natureza não conteudística. São construídas através de verbos como "adotar, identificar, elaborar, praticar, saber buscar, definir e formular questões". Isso caracteriza bem esta disciplina, quando ministrada no primeiro semestre de um curso superior. Não há um conteúdo profissionalizante a ser aprendido. Há um conteúdo que permite o desenvolvimento de técnicas de refinamento intelectual para melhorar padrões de análise e crítica de textos orais e escritos.

Você verá!!

Para complementar, veja as habilidades. Tudo é coisa geral, que serve para tudo. Tudo isso exige uma Metodologia de Ensino/Aprendizagem muito adequada ao seu envolvimento nesse processo.

Releia a METODOLOGIA.

Entendeu?

Entendeu que sua parte é maior que a do professor?

Pois é.

Observe que:

- apresentada a disciplina e entendida a metodologia para o ensino híbrido:
 - mescla de **momentos online**, em que você organiza o seu estudo individualizado de forma autônoma, aproveitando a tecnologia disponível para ampliar sua conexão com os objetos de aprendizagem; e
 - **momentos presenciais/virtuais** em que você desenvolve atividades em grupo ou em sala de aula virtual ou presencial
- cabe a você descobrir a importância do AVA — Ambiente Virtual de Aprendizagem

<http://ava.unirn.edu.br>

e de suas ferramentas de comunicação, interação e avaliação.

- Nesse tipo de disciplina híbrida o professor é o mediador da aprendizagem e faz isso gerando situações pedagógicas que estimulem o processo de protagonismo, de autogestão, de reflexão e de formação de qualidade dos alunos.
- O professor proporá estratégias ativas adequadas para a construção da aprendizagem específica de cada item do programa, tais como: estudos e redação de artigos científicos e ensaios, resolução de problemas, estudos de casos reais e/ou simulados, projetos de trabalho, portfólios/*webfólios*, visitas técnicas e pesquisas de campo, grupos de aprendizagem, seminários, ensaios argumentativos, cineclubes, rodas de leitura, pôsteres, simulação de atuação profissional, debates, entrevistas, *podcast*, vídeos, dramatização, dentre outras, para garantir sua autonomia como aprendiz.
- Interações fundamentais para a construção do conhecimento vão acontecer de forma assíncrona (por mensagem, fóruns) ou síncrona (sala virtual — ao vivo) no Ambiente Virtual de Aprendizagem, ou em encontros presenciais.
- O professor estará em comunicação frequente com você, disponível para orientações via AVA e e-mail (joseeduardomoura@unirn.edu.br).
- **Estão previstos pelo menos 2 encontros ao vivo — presenciais ou virtuais por unidade**, nas datas programadas no cronograma da disciplina.
- Pelo menos semanalmente, estão previstas leituras obrigatórias e atividades propostas pelo professor.
- As atividades no AVA são organizadas de forma que a construção da aprendizagem aconteça ao longo do desenvolvimento da disciplina, com base no estudo do material e fundamentação científica das produções.
- As atividades são componentes obrigatórios e fazem parte da avaliação final de cada uma das unidades. Elas são computadas como frequência na disciplina, sendo necessária a dedicação de pelo menos duas horas semanais para estudo.

Viu que não existe isso de o professor ensinar?!

O processo de ensino/aprendizagem é resultado de uma ação comum entre aluno e professor.

Pense no seguinte: as informações que são frutos das artes, da ciência, da tecnologia, dos meios de comunicação de massa e de todos os meios de geração e manipulação de dados estão à disposição de quem tem acesso à *Rede*, à *Web*, à *Internet*. (Um problema, de natureza política e social é o acesso à *Internet*. Nem todos dispõem de um provedor de acesso ou de um computador, televisão ou telefone celular que permita conexão com a *Internet*. Vamos supor que, mesmo com dificuldade, todos temos algum tipo de conexão com a *Rede*. Há os Laboratórios de Informática do *Campus* do UNI-RN, que podem ser usados, quando necessário.)

Então, tudo o que alguém quer saber está lá, nas *nuvens*. É só fazer a pergunta certa através do instrumento de busca preferido e virão respostas, informações de todo tipo e qualidade. Pronto!

Hoje se dispõe de programas capazes de gerar textos sobre assuntos solicitados, com a perfeição de um escritor de linguagem natural. Os que mais chamam atenção

são os que usam os mais avançados recursos de processamento de linguagem natural, aprendizagem de máquina e IA, de sorte a aproximar os textos gerados a partir do que foi aprendido “pelas máquinas” aos textos que escrevemos e, por isso, ficar difícil a identificação de autor, se não for solicitada explicitamente. Procure conhecê-los.

Qual é o problema?

A qualidade e a usabilidade das informações obtidas.

Qual o filtro que pode ser usado para qualificar a boa informação?

A análise crítica das informações. É isso o que tentaremos desenvolver: ferramentas para melhorar a qualidade da análise que pode ser feita sobre as informações disponíveis. E essas ferramentas advirão da compreensão que permita distinguir o conhecimento da mera opinião, a fundamentação da mera indicação de razões.

Agora, ficou mais claro?

Pois, vamos adiante.

Como isso vai se desenvolver em ambiente acadêmico de ensino/aprendizagem, deve haver AVALIAÇÃO. A famosa avaliação da aprendizagem, o que significa que haverá exercícios e provas para nota, e exigência de frequência, de acordo com as normas do UNI-RN.

Os exercícios e a prova deverão ser feitos para avaliar aquelas competências e habilidades que — se espera — sejam desenvolvidas através da disciplina e sempre exigirão alguma atenção e dedicação aos textos e às preleções orais (aulas), presenciais ou via *internet*, conforme as circunstâncias. Mas, uma coisa é certa: esses trabalhos sempre serão uma ocasião para você **exibir o que aprendeu** de novo. O que você não aprender deve ser levado para as discussões, por quem tenha problemas que os textos e as aulas não tenham resolvido.

Vá lé no Plano de Ensino e releia a seção sobre Avaliação, para entender a distribuição dos pontos que compõem as notas.

A BIBLIOGRAFIA oficial da disciplina é a que está listada no Plano de Ensino. Além dela alguns textos clássicos e artigos disponíveis na *internet* serão utilizados. Uns porque são interessantes, outros porque são atuais. Sobre eles haverá, também, exercícios de leitura, i.e., exercícios de cobrança de leitura.

O CRONOGRAMA será apresentado à parte, para maior facilidade de adequação ao desenvolvimento do curso.

Pronto! Isso tudo é a apresentação da disciplina.

Vamos ao trabalho!!

Unidade I

A **UNIDADE I** desenvolve algumas ideias que são fundamentais para a continuidade de toda a reflexão sobre conhecimento e argumentação. Estabelece alguns pressupostos fundamentais sobre linguagem e fixa um vocabulário inicial para a discussão sobre os temas que serão desenvolvidos.

Veja a seguir o que o Plano de Ensino apresenta e como vamos atualizar as discussões.

Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação

UNIDADE I

1. Epistemologia e Lógica como filosofia
 - 1.1. As áreas / disciplinas filosóficas
2. Preliminares:
 - 2.1. Pensamento e linguagem
 - 2.2. Linguagem: jogo, uso e significado
 - 2.3. Proposição e sentença
 - 2.4. Uso e menção
 - 2.5. Conhecimento e argumentação
 - 2.6. Introdução à lógica proposicional

Agora, aparece uma novidade importante: a inclusão de elementos da **epistemologia feminista**.

3. O conhecimento
 - 3.1. A visão clássica e tradicional do conhecimento
 - 3.2. A definição tripartida de conhecimento
 - 3.3. A visão feminista do conhecimento
 - 3.4. A justificação e a argumentação

Bibliografia

Os principais textos para acompanhar as discussões desta Unidade são:

P. D. MAGNUS; TIM BUTTON; et allia. *Para Todxs: Natal, uma introdução à lógica formal*. Disponível em: [https:// github.com/Grupo-de-Estudos-em-Logica-da-UFRN/ Para-Todxs-Natal](https://github.com/Grupo-de-Estudos-em-Logica-da-UFRN/Para-Todxs-Natal)

Este livro é resultado de um trabalho coletivo que ainda se desenvolve e hoje conta com com acréscimos de J. Robert Loftis Robert Trueman. Remixado e revisado por Aaron Thomas-Bolduc, Richard Zach. Adaptado, re-remixado, re-revisado e ampliado pelo Grupo de Estudos em Lógica da UFRN (GEL–Carolina Blasio).

COSTA, C. *Filosofia da linguagem*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

FREGE, G. Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia. *Os Pensadores: Peirce, Frege*. Vol.XXXVI. São Paulo: Abril Cultural, 19xx, pág. 195-199.

GENSLER, H. j. *Apostila de Lógica*. Tradução Livre Resumida da 1ª Parte do Livro Introduction to Logic de H. J. Gensler. Introdução e Capítulo 3. UFRN - Natal (Disponível no AVA)

SHAND, J. *O que é a filosofia?*
<https://criticanarede.com/oqefilosofia.html>

STONE, J. *Jogos e semelhanças de família*.
<https://criticanarede.com/stone.html>

WITTGENSTEIN, L. *Tratado lógico-filosófico e Investigações Filosóficas*. Acesso à versão portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian, através do endereço: <https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/09/16235147/ISBN-978-972-31-0383-0-225h.pdf>

ANDERSON, Elizabeth. *Feminist Epistemology and Philosophy of Science*. <https://Plato.Stanford.Edu/Archives/Spr2020/Entries/Feminism-Epistemology/> From The Spring 2020 Edition of The Stanford Encyclopedia of Philosophy.

Se você quiser, pode usar outros textos diferente, ou além desses, para aprofundar as discussões. De qualquer forma, os exercícios de leitura serão sobre textos explicitamente indicados.

Há várias maneiras de introduzir as discussões sobre Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação, isto é, sobre o conhecimento e a fundamentação. Vamos tentar fazer isto através de alguns argumentos.

Para começar, leia o texto seguinte:

Sei que, **em razão** de meu voto e de minha conhecida posição em defesa dos direitos das minorias (**que compõem** os denominados “*grupos vulneráveis*”), **serei inevitavelmente incluído** no “*Index*” **mantido** pelos cultores da intolerância **cujas mentes sombrias** — **que rejeitam** o pensamento crítico, **que repudiam** o direito ao dissenso, **que ignoram** o sentido democrático da alteridade e do pluralismo de ideias, **que se apresentam** como corifeus e epígonos de sectárias doutrinas fundamentalistas — **desconhecem a importância** do convívio harmonioso e respeitoso entre visões de mundo antagônicas!!
(MELO, 2019)

Esse trecho é o fragmento inicial do primeiro parágrafo do voto do ex-Ministro Celso de Mello, proferido no dia 20 de fevereiro de 2019 (há cinco anos) na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 Distrito Federal — ADO26 DF, disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/leia-voto-ministro-celso-mello2.pdf> (09/dez/2021, 15h35). É a famosa discussão sobre a criminalização da Homofobia e semelhantes. Mas, isso não é o caso, agora.

Preste atenção a outros detalhes:

- primeiro, veja a quantidade de recursos usados para por ênfase em algumas expressões. Isso é, certamente, exagero, em um texto escrito. Não tem muito sentido usar negrito e sublinhado na mesma expressão, ou semelhantemente, aspas e itálico. Esse exagero de ênfase só tem sentido se se considerar como marcas de leitura. Afinal, o voto foi **lido** no Plenário do STF. Então, certamente, são marcas pessoais para definir recursos orais a serem utilizados na apresentação. Mas não é isso que interessa agora. Isto são recursos retóricos que poderão ser examinados posteriormente.
- segundo, olhe outra vez para o início do texto. Viu?

“**Sei** que, **em razão** de [...]”

Gente inteligente, quando diz que sabe, é capaz de justificar o que diz. Isto é, argumenta. Sabe, além do que diz, que o conhecimento é expresso em uma frase para a qual é capaz de apresentar razões, fundamento, justificação.

- por fim, esse fragmento inicial do voto **contém um argumento**, cuja conclusão é: **“serei inevitavelmente incluído no “Index” mantido pelos cultores da intolerância”**. E as premissas? Todo argumento é formado por conclusão e a(s) premissa(s) que a justificam. Aí entra sua parte!

Dever de Casa 0.0.1 *Vá ao texto Para Todxs: Natal, uma introdução à lógica formal (disponível em: <https://github.com/Grupo-de-Estudos-em-Logica-da-UFRN/Para-Todxs-Natal>) (há cópia no AVA) e leia os Capítulos 1, 2 e 3 da Parte I:*

I Noções-chave da lógica

1. Argumentos
2. O alcance da lógica
3. Outras noções lógicas

Exercício 0.0.1 *Faça os exercícios desses Capítulos. Vá ao AVA e coloque suas respostas nos exercícios correspondentes (Ex. 01.1 a Ex. 01.6).*

Dever de Casa 0.0.2 *Organize o argumento de C. de Mello: mostre sua estrutura, liste as premissas e, em seguida, a conclusão (indique qual é a conclusão com uma seta (\rightarrow), ou “:.” ou “Ptt”, (de Portanto)). Leia o argumento assim estruturado e avalie se ele tem sentido, se dá para aceitar a conclusão, se o que justifica a conclusão está listado como premissa.*

Para ajudar, procure a Comunicação Oral de Kare-nina Lima, no CONIC do ano passado, que analisa esse argumento.

Entendeu? Leve os problemas para a próxima discussão.

Veja outro belo argumento que está no parágrafo inicial do texto **A Crença** (MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. A Crença. In: MOSER, P. K et al. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 47-65.)

Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, a crença é uma condição necessária para o conhecimento. Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e talvez isso explique porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Agora, olhe para ele mais estruturado:

SE a análise epistêmica tradicional estiver correta, [ENTÃO] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

DESCRITA DESSE MODO, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e TALVEZ ISSO EXPLIQUE PORQUE diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

As expressões ‘DESCRITA DESSE MODO’ e ‘TALVEZ ISSO EXPLIQUE PORQUE’ podem ser lidas como **indicadores de conclusão?**

Então, a frase regida por cada um desses ‘indicadores’ é uma CONCLUSÃO extraída de frase(s) anterior(es).

Logo, há um argumento aí:

PREMISSA : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

CONCLUSÃO 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

CONCLUSÃO 2 : Isso explica porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Primeira observação importante: **a cada conclusão corresponde um argumento.**

Logo, temos aí uma cadeia argumentativa, um argumento que contém outro argumento, um argumento composto.

Viu?

Um argumento da área jurídica e um argumento da filosofia. Vamos, agora, em busca de um bom argumento em um artigo da psicologia.

[A] literatura não tem se detido em explorar as bases epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental em função de um ecletismo paradigmático encontrado em suas bases. Muitas vezes as bases epistemológicas da PCE encontram-se confundidas com os pressupostos de outras teorias como o Behaviorismo, as Ciências Cognitivas, o Cognitivismo e algumas vezes até mesmo a Psicologia da Gestalt. Em outros casos, o aprofundamento teórico tem centrado na investigação das bases filosóficas das Ciências Cognitivas. (NEUFELD, Carmem Beatriz; BRUST, Priscila Goergen; STEIN, Lilian Milnitsky. Bases Epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jan-Mar 2011, Vol. 27 n. 1, pp. 103-112)

Viu a conclusão? **“a literatura não tem se detido em explorar as bases epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental”.**

Pois bem! Aí há um argumento.

Dever de Casa 0.0.3 *Tente estruturá-lo. Liste as premissas e, depois, a conclusão (isto é o que se costuma chamar a “forma padrão” de um argumento). Lembre-se de indicar, de alguma maneira, a conclusão.*

Entendeu? Leve os problemas para a próxima discussão.

* * *

Você deve ter se dado conta que há uma vinculação entre saber, conhecer, poder dizer alguma coisa relevante com segurança e a justificação do que se pretende que os outros aceitem. **Isso, a justificação, é argumentação.**

Dever de Casa 0.0.4 *Agora, trabalhe um pouco.*

*Pense nas **suas** experiências de conhecimento e argumentação.*

Lembre-se de situações em que você disse alguma coisa e seu interlocutor perguntou “Por que você diz isso?”

Anote. Organize. Prepare um texto que mostre a forma do argumento que você construiu, usando sua afirmação inicial como conclusão e sua resposta ao “porquê?” de seu interlocutor como premissa(s).

Exercício 0.0.2 *Leia com cuidado o resultado. Você construiu um bom argumento?, seu interlocutor ficou satisfeito com a resposta ou “veio com mais porquês”?*

Conte a história completa de forma clara e concisa!

*Prepare este material, com, no máximo **10 linhas**, e envie pelo AVA, como resposta ao exercício Ex. 02.*

Pois bem, é essa vinculação entre conhecimento (saber das coisas) e argumentação (justificação) que vamos explorar neste curso. Assim, este curso passará pela compreensão da função da linguagem e sua relação com o pensamento, com as relações que,

através da linguagem, cada um estabelece com o mundo — com as coisas do mundo e com as pessoas que estão no mundo.

Durante as discussões, tente pensar nas explicações comuns, nas explicações religiosas, nas explicações filosóficas, nas explicações científicas, nas manifestações — “explicações” — artísticas que pretendem dar conta da inserção do homem no mundo. Essas explicações têm a estrutura de argumentos? Resistem bem a qualquer crítica?

No AVA há um artigo do D. Walton sobre a distinção entre Explicação e Argumentação. É fundamental distinguir “Porque isso é assim?” de “Porque você diz isso?”

Isso é justamente uma parte do que vamos fazer. Vamos construir instrumentos para identificar com precisão os processos de justificação e como funcionam na explicação e na argumentação. É a partir daí que vamos fazer a crítica e contestar o que não tem fundamento ou se baseia em afirmações não verdadeiras. Tudo isto é conteúdo da Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação.

Epistemologia e Lógica como filosofia

Agora, nos aproximamos mais dos problemas do curso. Vamos começar com uma discussão tradicional sobre o caráter filosófico das áreas de estudos que enfrentaremos. A primeira visão da Epistemologia e da Lógica, a versão mais tradicional das discussões, as caracteriza como Filosofia e não como Ciências.

Vamos ver essa caracterização através de um texto de J. Shand, disponível em *criticanarede.com* e com cópia no AVA.

No artigo *O que é a filosofia?* (<https://criticanarede.com/oqefilosofia.html>), J. Shand apresenta ideias muito interessantes. Vá lá. Vá em *criticanarede.com* e leia o artigo do Shand. E leia outros sobre o mesmo tema e sobre outros temas caros à filosofia.

Para começar, veja a estrutura do artigo de J. Shand. Simplesmente, passe as páginas para ver como ele divide o assunto:

- Introdução
- A casa que os filósofos construíram
- As áreas da filosofia
- Os problemas da filosofia
- Intemporalidade
- Além do factual
- Os objetos de estudo da filosofia
 - Epistemologia
 - Metafísica
 - Lógica
 - Ética
 - Filosofia antiga
 - Filosofia medieval
 - Filosofia moderna: os séculos XVII e XVIII
 - Filosofia da mente
 - Filosofia da linguagem
 - Filosofia da ciência
 - Filosofia política
 - Filosofia das artes
 - Filosofia da religião
 - Filosofia continental
- O futuro da filosofia

Percebeu essa estrutura? Viu a Figura em que ele apresenta as relações entre diversas áreas da filosofia?

Agora, vou listar algumas ideias que acho muito importantes, para você localizar no texto e aprofundá-las.

A filosofia é uma grande aventura intelectual, [...] é uma das coisas mais importantes que podemos fazer com as nossas vidas.

A filosofia é o que acontece quando se começa a pensar pela própria cabeça.

- Assim que nos libertamos dos hábitos das crenças recebidas, [...] e
- começamos realmente a **pensar** acerca daquilo em que devemos acreditar,
- à luz da razão (*argumentos*) e indícios,
- **começamos** a fazer filosofia. [...]

“A glória da filosofia — [...] — é nada estar interdito, nem mesmo o valor da razão, ou, na verdade (embora isto possa parecer paradoxal), o próprio estatuto da filosofia. Não há restrições.”

O âmbito da filosofia é vasto e [...] divide as suas energias em **áreas de especialização**. Estas áreas têm **duas características**:

- algumas áreas têm um objeto de estudo que parece sustentar grande parte daquilo que pensamos e fazemos
- outras áreas sustentam preocupações mais particulares.

As áreas alimentam-se entre si e estão inter-relacionadas.

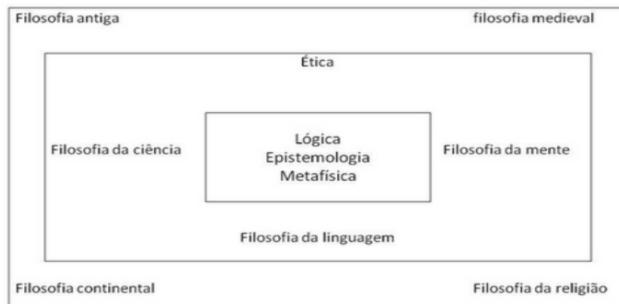
Pode-se dividir a filosofia em três grupos.

- os temas do Grupo 1 sustentam os problemas considerados no Grupo 2
- e têm consequências para as conclusões a que se chega no Grupo 2
- este grupo encontra-se em constante referência ao Grupo 1.
- Os temas no Grupo 3 não levantam considerações filosóficas fundamentais novas, mas aplicam a áreas específicas todos os problemas que se encontra nesses grupos.

Na Figura seguinte, veja as relações entre as áreas da Filosofia.

A *Lista de alguns dos problemas filosóficos mais básicos e mais comumente tratados* que está no texto é muito interessante. Examine-a com atenção e você terá uma visão muito ampla do alcance das discussões filosóficas.

Siga o conselho do autor: pense em diversas maneiras possíveis de responder e que razões se tem para pensar que essas respostas são corretas.



Outra ideia importante:

Não é controverso afirmar que **os problemas filosóficos são intemporais**.

... a filosofia é muito diferente da ciência — um químico raramente acharia interessante averiguar o que outro químico afirmou acerca de algo há cem anos.

Uma coisa é bastante certa: *a questão de os problemas filosóficos serem ou não intemporais é em si própria um problema filosófico.*

- Em primeiro lugar, *a filosofia lida normalmente com assuntos que têm de estar pressupostos na recolha de fatos* — questões acerca da verdade e cognoscibilidade da realidade, por exemplo.
- Em segundo lugar, *os fatos são normalmente insuficientes para lidar com o problema filosófico*. Isto é particularmente óbvio em ética.

O esboço conciso dos objetos de estudo da filosofia dá uma boa ideia do que fazem os filósofos. Examine a lista.

- A filosofia continuará enquanto algumas pessoas mantiverem a perspectiva de que pensar cuidadosamente por si próprias é importante
- É difícil determinar que preocupações filosóficas estarão no centro das atenções das pessoas no futuro.
- Parece que haverá sempre alguém a tentar debater-se com as questões mais profundas, indisposto a aceitar sem questionar as respostas que por acaso estejam à mão.

E agora? deu para entender o que o J. Shand quer dizer sobre a Filosofia e o lugar e os problemas característicos da Epistemologia Geral e da Teoria da Argumentação (Lógica) na Filosofia?

Reveja-os, para não esquecer. O que nos espera depende da compreensão dessas ideias.

É a isso que nos dedicaremos a seguir. Estudar a natureza do conhecimento e a natureza das boas inferências, para sermos capazes de distinguir o conhecimento das meras crenças e opiniões e ao justificar o que dizemos, que saibamos fazê-lo com os melhores argumentos que possamos construir.

Exercício 1.0.3 Vá ao AVA. Faça os exercícios sobre a leitura do texto de Shand (Ex. 03.1 e 03.2).

1.1 Um complicador.

As Ciências Cognitivas, a Psicologia Cognitiva, a Psicologia Cognitiva Experimental, as Neurociências, IA e muitas outras áreas de investigação científica semelhantes têm dedicado muito esforço, atualmente, para caracterizar o conhecimento e todas as operações cognitivas que, tradicionalmente, têm sido estudadas pela Epistemologia ou Teoria do Conhecimento.

Quine, filósofo americano que foi um dos primeiros professores do Departamento de Filosofia da USP e publicou, enquanto estava em São Paulo,

QUINE, W. V. O. O Sentido da Nova Lógica. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944, 252 pp. (Há uma edição recente, 2016, pela UFPR.).

publicou, em 1969,

QUINE, W. V. O. Epistemology Naturalized. In Ontological Relativity and Other Essays. New York: Columbia University Press, 1969, p. 69-90.

no qual discute (e, para muitos, estabelece) a possibilidade e a necessidade de um fundamento científico, “naturalizado”, empírico, para a Epistemologia.

Se se quiser ir aos clássicos, Hume, na Investigação sobre o Entendimento Humano, 1748, fazendo a distinção entre o conhecimento das verdades da razão e o conhecimento das verdades de fato, atribui ao hábito ou costume, que parecem coisas da natureza e não da “mente” as inferências indutivas que permitem a descoberta das relações de causa e efeito. Há uma “interpretação biológica” do *Enquire* da qual participa, também o Prof. João Paulo Monteiro (ex-USP) (ver, p. ex. Monteiro, J. P. *Hume e a epistemologia*. São Paulo: UNESP. ISBN 9788571399051 ; Monteiro, J. P. *Novos estudos humeanos*. São Paulo: Discurso. ISBN 8586590509).

Rudolf Carnap, do Círculo de Viena, é outra fonte, dos 1930, desta discussão, também inspirador de Quine.

Não entraremos, ainda, nesta discussão. Vamos seguir a tradição filosófica e discutir o Conhecimento a partir da definição “Conhecimento é crença verdadeira justificada” como apresentada pelos filósofos.

2.1 Pensamento e linguagem

Ao término da discussão seguinte, você vai entender a relação mais elementar entre pensamento e linguagem.

Uma coisa comum, a que ninguém dá mais atenção, é que todos vivemos no “mundo da linguagem”. Todos falamos das coisas e das relações com as coisas e pessoas como se isso fosse muito mais simples do que se pode imaginar. Ninguém se lembra que, um dia, não falava e ninguém tem a mínima lembrança de como começou a falar, como as palavras apareceram em sua experiência pessoal e como significados foram associados às palavras mais comuns do dia a dia. Ninguém se dá conta do que não pode ser dito.

Parece isso mesmo! Parece que é natural aprender a língua que se fala em casa e ninguém se lembra das consequências disso.

Examine algumas ideias de FREGE sobre a relação entre pensamento e linguagem. Há, no AVA, uma versão de *Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia* (FREGE, 19xx). Vá lá. Procure entender como ele relaciona linguagem e pensamento e descubra porque a riqueza da linguagem natural (ou ordinária) gera problemas na ciência e no próprio pensamento.

Você vai encontrar no texto de Frege algumas ideias interessantes, como as que transcrevo a seguir:

- mal-entendidos e erros na ciência e no pensamento têm origem na imperfeição da linguagem, mas não podemos dispensar os sinais sensíveis para pensar
- os sinais tornam presente o ausente, invisível e talvez insensível
- um sinal para uma representação reúne a sua volta outras representações
“Os sinais têm para o pensamento o mesmo significado que para a navegação a ideia de utilizar o vento para velejar contra o vento.”
- pensamos em palavras, e sem sinais não nos elevaríamos ao pensamento conceitual
“Atribuindo o mesmo sinal a coisas semelhantes, designamos propriamente não mais a coisa singular mas o que lhes é comum, o conceito.”

- os sinais são indispensáveis, mas a linguagem é deficiente quando se trata de prevenir os erros de pensamento — não satisfaz à exigência de univocidade, não é regida por leis lógicas
- a palavra escrita prevalece diante da falada pela duração e as regras da lógica serão neste caso aplicadas como um fio de prumo

“A razão dos defeitos salientados está em uma certa maleabilidade e mutabilidade da linguagem, que é por outro lado condição de sua capacidade de desenvolvimento e de sua aplicabilidade variada.”
- **analogia com a mão**: carecemos de um conjunto de sinais do qual se expulsa toda ambiguidade, e cuja forma rigorosamente lógica não deixe escapar o conteúdo.
- “Tentei pois completar a linguagem de fórmulas da matemática com sinais para as relações lógicas, de modo a resultar para o domínio da matemática uma conceitografia da espécie que apresentei como desejável. [. . .] As relações lógicas repetem-se em toda parte, e os sinais para os conteúdos particulares podem ser escolhidos de modo a se acomodarem à armação da conceitografia. [. . .] Pudessem por isso também os filósofos dispensar alguma atenção ao assunto!” ((FREGE, 19xx))

Conseguiu entender o texto? Os destaques acima ajudaram?

Vamos discutir.

Você é capaz de se lembrar de alguma ocasião em que “teve de se explicar”, teve de responder a seu interlocutor com um “Não foi isso que eu quis dizer.” ou “Não foi *bem* isso que eu quis dizer.”?

O que estava acontecendo? Você estava “falando grego” para seu interlocutor ou, simplesmente, no meio em que ele vive a palavra que deu confusão significa outra coisa?

Exemplo 2.1.1 *Pense em palavras com vários significados que você usa diariamente. Por exemplo, “manga”.*

Você manga de seus amigos, quando eles dizem bobagens?

Quando você come manga na sobremesa, precisa trocar a camisa?

Quando você encontra alguém com mangas largas, você faz um convite para cavalgar?

Coveiro sabe fazer camisas de mangas cavadas?

Isso ajuda a entender o que Frege diz sobre a necessidade de **univocidade** para a linguagem científica? A maioria das palavras usadas no dia a dia é ambígua. Se você for a um dicionário vai poder observar isso com precisão. Os vários significados de cada palavra dicionarizada são apresentados, com indicação do âmbito do uso de cada um e, muitas vezes, exemplos de frases em que ocorrem essas variações.

Exemplo 2.1.2 *Veja, por exemplo, o Dicionário Online de Português: (DICIO..., 2020)*

<https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=manga>:

- *manga*

- s.f. Fruto da mangueira, com um grande caroço central que envolve sua semente, muito conhecido por sua polpa amarelada, doce e...
- *meia-manga*
 - s.f. Manga curta, que cobre apenas a parte superior do braço.
- *mangar*
 - v.t. e v.i. Escarnecer, zombar, fazer mofa. V.i. Demorar, ser lento (na execução de uma tarefa).
- *manga-larga*
 - adj. Bras. Diz-se de uma raça de cavalos obtida em Minas Gerais. S.m. Cavalo dessa raça.

Então!? A linguagem comum, ordinária, do dia a dia, a mesma que é usada na ciência (junto com termos técnicos específicos ou significados tornados precisos através de definições) é como a mão. Lembra-se dessa analogia no texto de Frege? Serve para muita coisa (“A mão que afaga é a mesma que apedreja.” Augusto dos Anjos.).

A necessidade de construção de instrumentos para a realização de tarefas manuais específicas (martelo, alicate, tesoura ...) é a mesma apontada por Frege para a construção de uma Conceitografia (da qual vamos trabalhar um fragmento, na forma da Lógica de Proposições, indispensável para se entender certas relações entre afirmações que expressam conhecimento). Além disso, o cuidado no uso das palavras e a atenção na “interpretação” do que se lê, ouve ou diz, é o primeiro passo para melhor trabalhar as informações que nos chegam.

Você prestou atenção na escolha de Frege pela linguagem escrita?

Pense na homofonia.

Exemplo 2.1.3 *Leia em voz alta:*

Ah! Há a beleza do não dito.

A sessão extraordinária de cessão de servidor tem base na seção 5 do estatuto.

Mas, mais más pessoas vivem nesse mundo.

Ouviu as diferenças?

É difícil. Por isso, também, a escolha pelo escrito.

Dever de Casa 2.1.4 *Vá a Para Todxs e leia o Capítulo 7 (Parte II). Faça os exercícios correspondentes.*

2.2 Dizer e significar

O objetivo desta segunda parte é apresentar e discutir duas ideias muito interessantes desenvolvidas por Wittgenstein: a relação entre uso e significado (de expressões linguísticas) e jogo.

O fundamental é começar a se dar conta que dizer e significar são coisas diferentes. Para isto, vamos conhecer um pouco da teoria da linguagem de Wittgenstein que, primeiro, seguiu Frege (e desenvolveu uma teoria da linguagem ideal no *Tractatus Logico-Philosophicus* (WITTGENSTEIN, 2015) e, depois, apresentou uma teoria que mudou completamente sua forma de pensar a linguagem e desenvolveu, nas *Investigações Filosóficas* e outros textos (seguintes?), uma teoria da linguagem comum. Ele se deu conta da complexidade dos usos da linguagem, comparou-os a jogos e definiu o significado das expressões linguísticas a partir desses elementos e da noção de semelhanças de família.

Para começar uma discussão produtiva, procure e leia o livro

COSTA, C. **Filosofia da linguagem**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

Há edições eletrônicas na *Internet*.

Lá na *Internet*, há muita coisa interessante sobre essas teorias de Wittgenstein, filósofo austríaco que nasceu em Viena, em abril de 1889 e morreu na Inglaterra, em Cambridge, em 1951 (com 62 anos de idade). Veja, por exemplo:

- uma aula do Prof. Cláudio Costa (UFRN) sobre jogo de linguagem: <https://www.youtube.com/watch?v=lQksIdBy7xc> (COSTA, 2020)
- traduções do *Tractatus* e das *Investigações*, publicadas pela Editora da Fundação Calouste Gulbenkian, em: https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/09/16235147/-ISBN-978-972-31-0383-0_225h.pdf
- um texto muito interessante de Sofia Miguens, *Filosofia da Linguagem — Uma introdução*, em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23459/3/LI-VRO3200700158115.pdf>

Para iniciar a discussão, veja o texto seguinte *Roteiro do Tractatus Logico-Philosophicus* (elaborado por J. Tiago de Oliveira) que é o Anexo I a *Alguns comentários sobre o “Tractatus”*, que está na versão do *Tractatus Logico-Philosophicus* de L. Wittgenstein, traduzido por M. S. Lourenço e publicado em Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

A versão original do *Tractatus* foi publicada em Londres, por Routledge and Kegan Paul, em 1922. No centésimo aniversário desta publicação, houve comemorações em várias partes do mundo.

Atenção para o texto. Ele utiliza uma tradução diferente da de M. S. Lourenço, e ajuda a entender a estrutura do “Tractatus”.

Mantive como o encontrei na publicação citada, exceto por esquematizar o texto (listar em itens) para facilitar a leitura.

UM ROTEIRO DO “TRACTATUS LÓGICO-PHILOSOPHICUS”

Após o prólogo em que Wittgenstein refere procurar determinar os limites à expressão do pensamento, esclarecendo pensar ter resolvido a questão, o que considera pouco, segue-se uma longa série de pensamentos (versículos!), indexados de forma decimal, com graduação de importância e relação.

Para as sete suras vamos usar como título o primeiro versículo; a última reduz-se, apenas, ao título.

1. O mundo é tudo o que acontece: trata do mundo e dos fatos;
2. O que acontece, o fato, é a existência dos estados de coisas: estuda
 - os fatos,
 - as coisas,
 - a independência mútua dos estados de coisas,
 - o espaço lógico,
 - os objetos e a sua simplicidade,
 - a figura e a analogia (correspondência) entre a figura e o figurado;
3. A figura lógica dos fatos é o pensamento: analisa
 - o pensamento verdadeiro como figura do mundo,
 - as proposições como símbolos de uma projeção (representação) do mundo e como figura das coisas,
 - os sinais primitivos e as elucidações,
 - as proposições e o sentido,
 - os nomes a representar objetos,
 - as proposições como junções de verdade das expressões que contém,
 - a teoria dos tipos,
 - a necessidade de um simbolismo rigoroso,
 - as definições como traduções de linguagem;
4. O pensamento é a proposição com significado: descreve
 - a linguagem,
 - os conjuntos de proposições,
 - a impossibilidade de captar a lógica da linguagem,
 - de novo e mais detalhadamente a proposição como figura da realidade e a proposição e o seu sentido,
 - a verdade ou falsidade da proposição ligada a ser figura da realidade,
 - o espaço lógico e a verdade,
 - os nomes e as coisas,
 - a ciência como totalidade das expressões verdadeiras,
 - o sem-sentido da maior parte dos escritos de Filosofia e esta como actividade logicamente esclarecedora do pensamento,
 - a forma lógica e as proposições,
 - a noção de número,
 - as proposições elementares e os fatos atômicos,
 - as tabelas de verdade da Lógica,
 - as tautologias e as contradições como não-figuras da realidade,
 - as proposições como consequências das proposições elementares.

5. A proposição é uma função de verdade da proposição elementar: trata
- dos fundamentos da verdade das proposições,
 - do significado da dedução,
 - da negação da causalidade,
 - da noção de probabilidade,
 - do efeito (iterado) de operações,
 - de alguns elementos de lógica proposicional e funcional,
 - das proposições do tipo «A crê p»,
 - dos limites da linguagem e os limites do mundo,
 - do solipsismo;
6. A forma geral de uma função de verdade é $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$. Esta é a forma geral da proposição.] descreve :
- [
- Nota 2.2.1** *Da Introdução de Bertrand Russell para o Tractatus, p. 12: O símbolo que ele usa é $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$. A explicação deste símbolo é a seguinte: p representa todas as proposições atômicas; $\bar{\quad}$ representa qualquer conjunto de proposições; $N((\bar{\xi}))$ representa a negação de todas as proposições que constituem $\bar{\quad}$.*
-]
- a representação acima,
 - os números (finitos),
 - a Lógica como conjunto de tautologias,
 - uma outra forma das relações de verdade,
 - a Lógica não como doutrina mas como reflexo do mundo,
 - a Matemática como método lógico,
 - a causalidade como forma de lei,
 - a antítese entre a Lógica e a Mecânica,
 - a indução (experimental) como procura da lei mais simples compatível com a experiência,
 - o mundo independente da vontade individual,
 - a inexistência de proposições de ética e estética,
 - pensamentos em torno da morte e de Deus,
 - o sem-sentido do ceticismo,
 - o místico,
 - o inexpressável;
7. Do que se não pode falar, é melhor calar-se: ...e mais nada, o que mostra que a linguagem não pode exprimir tudo.

Conseguiu entender?

Veja o que diz o Prof. C. Costa:

O *Tractatus Logico-Philosophicus* é um livro com cerca de oitenta páginas de aforismos numerados. O estilo oracular desses aforismos, tão sugestivos quanto ambíguos, e um insuficiente esclarecimento da maneira como devemos relacioná-los entre si, torna o entendimento quase impossível na falta de uma maior familiaridade com o contexto no qual eles foram formulados. (Claudio Ferreira Costa. **Filosofia da Linguagem** (PAP - Filosofia). Apple Books. p. 30)

Isso não impede, no entanto, de continuar discutindo, para melhor entender. É o que têm feito muitos filósofos e, por isso, há muitos artigos bons escritos sobre o tema e disponíveis na *Internet*.

Agora, a **segunda teoria de Wittgenstein**. A teoria que ele elabora através de muitos textos que, ainda hoje, estão sendo organizados e publicados.

Mas, vamos lá. Vamos ver um pouco do que Cláudio Costa diz sobre isto em seu *Filosofia da Linguagem* já fartamente citado.

Veja essas Notas de leitura que elaborei para facilitar nossas discussões. Aí está, obviamente, a minha forma de destacar o que me parece importante do que diz o autor do texto. Não deixe de ler:

COSTA, C. Wittgenstein: linguagem como figuração e como instrumento. In: COSTA, C. *Filosofia da Linguagem*. PAP, Zahar, 4ª ed., 2011, (2002), p. 42-52.

Você pode ver as coisas de uma maneira diferente. Mas, analise o que anotei.

Na leitura desse trecho do livro de COSTA (“A linguagem como instrumento na filosofia posterior.”), prestar atenção a:

- Em Cambridge, em 1929, Wittgenstein concluiu que a tentativa do *Tractatus* de construir a linguagem e o mundo a partir de elementos atômicos havia falhado. **A deficiência fundamental é não atentar para o modo como a linguagem efetivamente funciona.**
- Passos para a construção da nova teoria:
 - reformulação que deu ao chamado princípio da verificabilidade:

Definição 2.2.2 O significado de uma frase consiste no modo como ela pode ser verificada, isto é, na maneira através da qual pode ser sabido se ela é verdadeira ou não.
 - Limites de significação: frases que não sabemos como verificar não possuem sentido.

Exemplo 2.2.3 Exemplos clássicos de frases que carecem de meios de verificação:
 “Existe um Deus onipotente, onipresente e onisciente.”
 “Pão e vinho se transformam, durante a eucaristia, no corpo e no sangue de Cristo.”
 “Há, além do mundo tal como o experienciamos, um mundo da coisa em si (noumênico), que é incognoscível.” (Kant)
 “O absoluto se desdobra em tríades dialéticas sucessivas.” (Hegel)
 “O nada nadaifica.” (Heidegger)
 - Ver crítica à relação com a definição de verdade por correspondência (Costa p. 45-46)
- **Significado e uso**

“As palavras”, escreveu Wittgenstein, “só adquirem significado no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha seu sopro vital.”
- Comparação da linguagem com as ferramentas de uma caixa de ferramentas ou com as alavancas de uma locomotiva — formas semelhantes, funções podem ser muito diversas. Uma mesma ferramenta pode ser usada de diferentes maneiras, de acordo com as circunstâncias.

- A palavra “uso” (*Gebrauch*) deve ser entendida no sentido de “modo de uso” (*Gebrauchsweise*) — a maneira, o modo como a expressão foi usada.
- Outra noção fundamental: a de jogos de linguagem

“Característico do jogo de linguagem é que ele é parte de uma forma de vida, sendo primariamente praticado em meio ao contexto social em que os falantes vivem.”
- Ao jogo pertencem não só as palavras, mas os participantes, os objetos e outros elementos contextuais

“É, pois, fundamental notarmos que as regras do jogo de linguagem podem dizer respeito não somente a signos linguísticos, mas também aos participantes do jogo, aos objetos, às ações humanas, ao contexto. Eis por que considerar o significado das expressões nos jogos de linguagem é considerá-lo do ponto de vista do modo de uso, isto é, como parte natural das ações humanas radicadas em uma forma de vida.”
- Explicação para isso: aprendemos a maioria dos jogos de linguagem na infância, por meio de exemplos, em situações práticas, através de um exercício de “adestramento” no uso das expressões — caráter não-cognitivo do aprendizado dos significados.

“A filosofia”, escreve Wittgenstein nas *Investigações*, “é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento pelos nossos meios de expressão.”

Então? Mais ou menos claro?

Com isso, terminamos essa parte de nossa discussão. Estão estabelecidas as ideias preliminares de linguagem, uso, significado, relação entre linguagem e pensamento. Vamos, agora, estabelecer mais duas ideias elementares também fundamentais para discussões posteriores: proposição e sentença.

2.3 Proposição e sentença

Para fixar a diferença e a relação entre uma proposição e uma sentença, observe, com atenção, o que diz C. Costa sobre a relação que Frege estabelece entre estes termos:

A interessante sugestão de Frege é a de que o sentido da frase é o pensamento que ela expressa, pois uma mudança no sentido de um nome no interior da frase produz uma mudança no pensamento: a frase “A estrela da manhã é Vênus” exprime um pensamento diferente da frase “A estrela da tarde é Vênus”. Além disso, o sentido de uma frase é o pensamento, a ideia que ela expressa, só na medida em que tal pensamento tenha a ver com o valor-de-verdade.

O que Frege chama de pensamento (e que nós geralmente chamamos de proposição ou enunciado) é importante por ser o portador da verdade ou da falsidade. Quando dizemos que algo é verdadeiro ou falso, referimo-nos primariamente não à frase ou à sua referência, mas ao seu sentido, ao pensamento por ela expresso. Assim, no caso de estar chovendo, as frases “It is raining”, “Es regnet” e “Il pleut” são todas verdadeiras,

embora elas sejam muito diferentes, e isso é assim porque o pensamento por elas expresso, o portador da verdade, é o mesmo.

Frases também têm referência. A referência de uma frase é considerada por Frege como a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa.” (COSTA, C. Filosofia da Linguagem (PAP - Filosofia)”. Apple Books. p. 14-15)(COSTA, 2002)

Entendeu? A diferença e as relações entre proposição e frase (ou sentença) são elementos fundamentais nos contextos de comunicação, portanto, para discussões sobre conhecimento e argumentação.

Para fixar essas ideias, pense na distinção que se pode fazer entre o que se pensa e o que é dito. Há várias formas de expressar o mesmo pensamento (a proposição). Isto é, várias frases (sentenças) diferentes podem expressar o mesmo pensamento. Observe o exemplo usado nesse fragmento citado de COSTA: quantas formas de expressar o pensamento “Está chovendo”, em línguas diferentes. Ou fazer referência ao planeta Vênus como a “Estrela de manhã” ou “Vésper”.

Uma das formas de considerar a importância dessa distinção é quando o diálogo chega ao “Não estou entendendo!” e a primeira resposta é repetir com outras palavras o que não foi entendido.

Daí, fixemos: é importante cuidar das formas de dizer e levar em conta que, às vezes, não encontramos palavras adequadas para dizer o que estamos pensando. Do mesmo modo, o nosso interlocutor está querendo dizer exatamente o que estou ouvindo ou lendo?

Atenção!!

Observe que nem todas as frases exprimem proposições. Lembra-se da relação entre proposição e “verdadeiro” e “falso”? Veja, há frases que não são verdadeiras nem falsas. Quer ver?

Exemplo 2.3.1 Frases que não exprimem proposições:

- *Que horas são?*
- *Tira os pés da mesa!*
- *Ser sempre corajoso.*
- *Socorro!!*
- *Agora, veja!!*
- *Quem me dera saber lógica.*
- *Prometo que amanhã vou à praia contigo.*

Então, acrescente a essas caracterizações a necessidade de dar atenção às **frases declarativas**, aquelas que podem ser **verdadeiras ou falsas**. Detalhe: não é necessário saber se a frase declarativa é, de fato, verdadeira ou falsa. Só a possibilidade de ser verdadeira ou falsa já a caracteriza como representante de uma proposição, um pensamento.

Ficou claro?

Qualquer manual de lógica elementar que você encontrar na Biblioteca ou na *Internet* detalhará essa discussão. Vá lá! Veja, por exemplo: *Para Todxs: Natal: uma introdução à lógica formal*, do qual há uma cópia no AVA.

Exercício 2.3.2 *Pronto! Agora, vá ao AVA e faça o exercício Ex. 04 para testar se você é bem capaz de identificar proposições.*

Outra questão semelhante é a diferença entre **uso e menção** de expressões linguísticas. Vejamos.

2.4 Uso e menção

Nós, em geral, **usamos** as palavras para falar das coisas do mundo. Mas, às vezes, precisamos falar das palavras e para isso, as **mencionamos**. Quer ver? Pense nas situações seguintes:

Todo gato tem 4 patas.

O gato de Maria é preto.

Escreva ‘gato’ com ‘g’ maiúsculo.

‘Gato’ tem 4 letras.

Viu? Nas duas primeiras frases, a palavra ‘gato’ foi **usada**. Nas outras duas, a palavra ‘gato’ foi **mencionada, citada**.

Ficou claro?

Então, agora, só precisamos dispor de uma regra geral para informar quando estamos falando do objeto a que uma expressão linguística se refere e quando estamos falando da expressão linguística. Uma notação comum é a que usamos: as palavras, quando queremos falar delas, devem ser colocadas entre aspas simples, como em ‘gato’ e ‘Gato’ nas duas últimas frases. Assim como destacar em uma linha indica a menção a uma expressão e não seu uso.

Semelhantemente, precisamos ter cuidado com a diferença entre a linguagem que usamos para falar das coisas e a linguagem que usamos para falar de própria linguagem — a metalinguagem.

Parece novidade?

Não!

Todo mundo estudou Gramática e nunca confundiu as palavras ‘nome’, ‘verbo’ ou ‘advérbio’ que definem classes de palavras com os nomes, verbos e advérbios que usamos no dia a dia. É isso. A Gramática da língua portuguesa que estudamos “está escrita” em uma metalinguagem (do português), que “fala” do português que falamos.

Pense nisso. São coisas simples que sabemos, mas nunca explicitamos as distinções, porque aprendemos com a aprendizagem “natural” da linguagem do dia a dia.

Para ilustrar a discussão, dê uma olhada em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Distinção_uso-menção

Dever de Casa 2.4.1 *Vá a Para Todxs e leia o Capítulo 8 da parte II. Procure outros artigos na Internet sobre isso e traga para nossas discussões o que você achar interessante.*

Exercício 2.4.2 *Vá ao AVA e faça o exercício Ex. 05 Sobre uso e menção.*

2.5 Conhecer e argumentar

Agora, chegamos mais perto dos temas de nosso curso. As relações entre ‘Conhecer’ e ‘Argumentar’ nos ocuparão durante todo o resto do curso e isto é o que vai definir nossas discussões epistemológicas e lógicas (da teoria da argumentação).

Em poucas palavras, somente para localizar a discussão, pense nas situações de diálogos comuns em que são colocados problemas do tipo:

- Como você pode dizer isso?
- Não acredito que você pense assim!!
- Você pode provar o que está dizendo?
- Isso não tem fundamento!!

e outras, semelhantes, que põem em dúvida o que você afirma ou pedem justificação para o que você acabou de dizer.

Estas situações exibem a relação comum, característica da prática diária, entre conhecer e justificar. Mais ainda, tendemos a justificar nossas ações além de nossas crenças e de nossos conhecimentos.

Se dermos uma olhada na prática da ciência, da psicologia, do direito, vamos encontrar a exigência formal de argumentação para justificar (provar) os resultados da pesquisa, a conclusão dos laudos, as decisões, os pedidos, as contestações.

É esta relação entre conhecimento e justificação que vai orientar nossas discussões em Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação. Ela é clara em um texto de Aristóteles (Segundos Analíticos) ([ARISTÓTELES, s.d.](#)) que leremos.

Pronto!

Terminamos a primeira parte da Unidade I.

Aí vimos que os cuidados com a linguagem levam a refletir sobre suas relações com o pensamento e os mecanismos de atribuição de significado a suas expressões. Dos multifacetados usos da linguagem nascem algumas imprecisões decorrentes da ambiguidade de seus termos, que geram, também, erros no pensamento e na ciência. Os esforços para reduzir esses efeitos que dificultam a compreensão, até de construções comuns, levam a distinguir o pensamento (a proposição) do que é expresso pelos sinais linguísticos, as frases declarativas ou sentenças declarativas, para que sejam estudadas separadamente. Um dos estudos que se desenvolveu, paralelamente aos esforços dos linguistas e teóricos da literatura, foi a **Lógica** que, além de instrumentos para a análise e desenvolvimento de aspectos particulares da matemática, põe à disposição uma variedade de ferramentas para o avanço da teoria da argumentação.

Começamos a mostrar como essas reflexões podem ajudar nas discussões sobre os problemas relativos ao conhecimento e à argumentação na ciência e no direito, chamando atenção para a prática de justificação do que se afirma conhecer e para exigências formais, dos códigos, de fundamentação das decisões, dos pedidos e das contestações no âmbito do direito.

Para enriquecer a discussão, dê uma examinada em:

https://criticanarede.com/epi_queeaepist.html e veja o que distingue uma Explicação da Argumentação, e Fato de Opinião, em textos que estão no AVA.

Agora, a última parte da Unidade I: O conhecimento. Vamos discutir algumas questões interessantes.

Para localizar essa discussão na literatura disponível, veja o que diz Steup, no capítulo 11 A Epistemologia no século XX, em (MORAN, 2008, p. 469):

A epistemologia, no sentido estrito da palavra, preocupa-se com a natureza do conhecimento e da crença justificada (ou razoável). Esta dupla preocupação pode ser dividida em cinco questões discerníveis:

- 1 O que é conhecimento?
- 2 O que é crença justificada?
- 3 Como adquirimos conhecimento?
- 4 O que torna nossas crenças justificadas?
- 5 Será que a extensão da crença justificada e do conhecimento é aproximadamente aquilo que consideramos que seja, ou estarão os céticos certos quando afirmam que é muito menor do que gostaríamos de pensar?

Continuando, ele diz: “A primeira questão difere da terceira, e a segunda da quarta, porque devemos distinguir entre questões de definição e questões de substância.” (MORAN, 2008, p. 469). (Traduzi.)

Se você quiser conhecer mais das ideias de M. Steup, vá à *rede* e veja:

https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/6613/TEXTOS_SELECIONADOS_DE_EPISTEMOLOGIA_E_FILOSOFIA_DA_CIENCIA.pdf;jsessionid=39CC1EC6889EC2712DC08F860EE1A3FF?-sequence=1

Voltando!!

Vamos fazer essa discussão a partir de alguns textos que estarão no AVA, e vamos centralizar nossa discussão em torno de “questões de definição”, ou seja

- A definição tripartida de conhecimento
- A justificação e a argumentação.

Os textos fundamentais serão: o **Teeteto**, de Platão; e os **Segundos Analíticos** ou **Analíticos Posteriores**, de Aristóteles. São dois textos clássicos — você viu pelos autores

— que contêm as primeiras discussões sistemáticas sobre o Conhecimento, em geral e sobre o Conhecimento científico.

O *Teeteto* é, com certeza, a primeira sistematização dessas discussões. É um diálogo. Platão narra, através de um texto em que Euclides relata um diálogo entre Sócrates, Teodoro e Teeteto, que é o principal personagem, uma discussão que leva à “definição tradicional” de conhecimento. No AVA, há uma seleção de trechos — “Fragmentos de TEETETO” (PLATÃO, 2021) — que contém o que é o básico para seguir a discussão, sem perder aspectos importantes do desenvolvimento do método socrático de discussão, a Maiêutica. Versão do texto completo pode ser encontrada em

www.dominiopublico.gov.br

O outro texto clássico que vamos examinar sobre essa mesma questão é de Aristóteles: *Segundos Analíticos* (ou *Analíticos Posteriores*). Semelhantemente, há um texto no AVA — “Fragmentos de Analíticos Posteriores” — com alguns trechos mais característicos sobre essa discussão, selecionados da tradução portuguesa da obra de Aristóteles, ali indicada. A discussão sobre a aquisição do conhecimento em Aristóteles, porque vinculada a sua visão lógica da linguagem, será adiada até o começo das discussões sobre lógica, na Unidade II.

Você vai perceber que os temas e a forma de discussão são completamente diferentes do que está no *Teeteto*. Mas o problema é o mesmo: o conhecimento, a aquisição do conhecimento, as formas de conhecimento.

Exercício 3.0.1 *Antes de continuar, faça um exercício:*

— *O que você pode dizer, com segurança, que caracteriza o que você diz que conhece, que sabe?*

Para ajudar, pense no que está em jogo quando você diz:

- “Não conheço isso.”

- “Nada sei sobre isso.”

Nestas situações, o que falta?

Depois, anote sua experiência. Relate as características que você identifica no que você diz que conhece. Faça o Ex. 06 e leve os problemas para a próxima discussão.

3.1 A definição tripartida de conhecimento (“CVJ”)

Tradicionalmente, estuda-se o conhecimento a partir do *Teeteto*, de Platão, e chama-se de “definição tradicional” de conhecimento sua apresentação como **crença verdadeira justificada**. Para um primeiro contato com esta discussão, leia os “Fragmentos do *Teeteto*” no AVA. Preste atenção ao estilo — diálogo — e observe como a discussão

é construída passo a passo através do esclarecimento do significado das expressões que Teeteto usa para responder às perguntas de Sócrates. Não deixe de reler o trecho em que Sócrates se define como “parteiro de ideias”. Aí está o primeiro passo para entender o alardeado “só sei que nada sei”.

Pois bem, para recomeçar a discussão, vamos ler e discutir o texto de Álvaro Nunes, *O que é o conhecimento?* (NUNES,), que está em www.criticanarede.com e tem cópia no AVA.

Dever de Casa 3.1.1 *Vá ao AVA e leia o texto de Álvaro Nunes, O que é conhecimento?.*

Então?! Você se deu conta que Álvaro Nunes, nesse texto nos apresenta:

- Tipos de conhecimento:
 - Conhecimento de aptidões ou saber-fazer
 - Conhecimento por contato
 - Conhecimento proposicional
- A definição de conhecimento
 - Todo o conhecimento tem de ser uma crença
 - Todo o conhecimento tem de ser uma crença verdadeira
 - Só há conhecimento se a crença verdadeira for justificada

Depois desse estudo e da discussão do texto do Nunes, leia os textos indicados a seguir para conhecer detalhes sobre as diversas teorias que abordam aspectos da definição tradicional de conhecimento. São textos já históricos, do final do século passado, 1998, que elencam os principais pontos de vista sobre Crença, Verdade e Justificação. Eles estão no AVA. Foram extraídos de

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática* (MOSER; MULDER; TROUT, 2004). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

São os capítulos: 3 A crença (p. 47 – 66), 4 A verdade (p. 67 – 84) e 5 A justificação e além (p. 85 – 110).

Antes de uma leitura cuidadosa desses textos, observe a estrutura (passe as páginas e veja as seções em que cada um está dividido) e as relações entre os diversos aspectos das discussões.

A Crença

- Introdução
- As crenças e os estados de representação

- As crenças e a atribuição de crenças
- Acaso as crenças são transparentes?
- As crenças e os ideais teóricos
- O eliminativismo e suas previsões

A verdade

- Introdução
- O relativismo
- A verdade e a correspondência
- A verdade e a coerência
- A verdade e o valor pragmático
- Espécies e noções de verdade

A justificação e além

- A justificação, a verdade e a anulabilidade
- A justificação pela inferência e o problema da regressão
 - O problema da regressão
 - O infinitismo epistêmico
 - O coerentismo epistêmico
 - O fundacionalismo e o confiabilismo epistêmicos
 - O contextualismo epistêmico
- Complemento à justificação: o problema de Gettier

Por aí dá para ver que são discutidos vários problemas que afetam as definições de ‘Crença’, ‘Verdade’ e ‘Justificação’.

Relembrando: Quando J. Shand apresentou a Filosofia, teve o cuidado de distingui-la das ciências. Estas buscam os fatos, fazem observação empírica, experimentação, para mostrar o que sustenta suas proposições fundamentais — leis, teorias, explicações. Isto não ocorre na filosofia.

A filosofia, que trata de esclarecer o significado de termos fundamentais que usamos para explicar o mundo (e nós, nele) usa outros recursos: as definições e a argumentação (para sustentar pontos de vista e para refutar pontos de vista. Por isso, às vezes, uma primeira leitura faz um texto parecer contraditório.). Pois bem, agora vamos olhar com mais cuidado para a estrutura argumentativa do primeiro texto indicado, *A crença*.

3.1.1 A crença

Dê uma atenção especial ao primeiro parágrafo do texto. Lembra-se de que já tratamos dele, quando introduzimos a necessidade de dar atenção a estruturas argumentativas?

Tente entender a estrutura argumentativa desse parágrafo e você verá uma forma de argumentação muito comum na filosofia. Aliás, já vimos que a filosofia depende da argumentação para estabelecer seus pontos de vista. Ela não apresenta comprovação “científica”, empírica, para suas afirmações.

Veja a definição seguinte de **Argumento**.

Definição 3.1.2 (Argumento) *Um argumento é um conjunto de proposições, uma das quais é a conclusão (o que se quer provar, justificar, fundamentar) e as demais são premissas (o que se alega que prova, justifica, fundamenta a conclusão).*

Para fazer uma boa análise de um argumento duas coisas devem ser levadas em conta: uma, a forma lógica do argumento. Isto é, a identificação e a forma das proposições que compõem o argumento; e outra, a relação entre estes componentes (proposições) e suas funções na fundamentação da conclusão.

Pois bem, voltemos àquele parágrafo inicial do texto *A Crença*. Lembra-se dele? A tarefa é exibir a estrutura do argumento contido no parágrafo e examinar se ele é um bom exemplo de argumento filosófico, i.e., argumento usado por filósofos para estabelecer um ponto de vista (conclusão).

Relembrando:

Para o bem ou para o mal, nossa mente é repleta de crenças. Além das crenças comuns que se referem à percepção, temos crenças científicas, morais, políticas e teológicas. Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, a crença é uma condição necessária para o conhecimento. Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e talvez isso explique porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo. Pelo contrário, trataram a crença como um estado monolítico que pode tomar por objeto um número indefinido de proposições. Dada a análise tradicional, se você não compreender em certa medida o que a crença é, não compreenderá tampouco o que é o conhecimento. Desse modo, a crença deve ser estudada cuidadosamente pelas teorias do conhecimento. ((MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p. 47))

Vamos fazer a parte inicial e deixar o resto para você se divertir, construir o argumento, como se estivesse se preparando para uma discussão.

Lá vai.

Examine o seguinte fragmento do texto, logo depois das duas primeiras frases:

Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, a crença é uma condição necessária para o conhecimento. Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e talvez isso explique porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Agora, olhe para ele mais estruturado:

SE a análise epistêmica tradicional estiver correta, [ENTÃO] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

DESCRITA DESSE MODO, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e TALVEZ ISSO EXPLIQUE PORQUE diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

As expressões ‘DESCRITA DESSE MODO’ e ‘TALVEZ ISSO EXPLIQUE PORQUE’ podem ser lidas como **por isso?**

Então, a frase regida por cada um desses “por isso” é uma CONCLUSÃO extraída da anterior.

Logo, há um argumento aí:

PREMISSA : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

CONCLUSÃO 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

CONCLUSÃO 2 : [I]sso expli[ca] porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Primeira observação importante: **a cada conclusão corresponde um argumento.**

Logo, temos aí uma cadeia argumentativa, um argumento que contém outro argumento, um argumento composto.

Vamos avançar um pouco mais.

Veja a seguinte análise:

PREMISSA 1 : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

PREMISSA 2 (OMISSA) : A análise epistêmica tradicional está correta.

CONCLUSÃO 0.1 : A crença é uma condição necessária para o conhecimento.

PREMISSA 3 (OMISSA) : Se a crença é uma condição necessária para o conhecimento, então a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

CONCLUSÃO 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

Que tal? Aí está o primeiro argumento. Veja que foi necessário obter uma conclusão intermediária nova CONCLUSÃO 0.1, que se transformou em Premissa, para continuar.

Agora, vamos precisar de um pouco de Lógica Proposicional para avaliar o argumento que está aí. Lembre-se: “O principal objetivo da lógica é avaliar argumentos e separar os bons, chamados válidos, dos maus, os inválidos.”

Dever de Casa 3.1.3 Vá ao AVA e estude o Capítulo 3 da Apostila (de Gensler).

Um texto excelente para acompanhar todas as discussões que faremos sobre Lógica é o livro do Grupo de Estudos de Lógica da UFRN – Carol Blasio

Para Todxs. NATAL, uma introdução à lógica formal,

que pode ser encontrado em <https://philarchive.org/archive/MAGPTN> e do qual há cópia no AVA.

3.1.1.1 Lógica Proposicional, uma introdução

Vou supor que, estudando a Apostila (Gensler) e *Para Todxs: Natal*, você aprendeu direitinho:

A LINGUAGEM da Lógica Proposicional

que é composta por

Letras maiúsculas	representam sentenças declarativas
parênteses: “(” e “)”	são usados para agrupar, como na matemática
\neg (ou \sim)	negação – “não”
\wedge (ou $\&$)	conjunção – “e”
\vee	disjunção – “ou”
\supset (ou \rightarrow)	implicação / condicional – “se-então”
\equiv (ou \leftrightarrow)	bi-implicação / bi-condicional – “se e somente se”

e permite a construção de

As FÓRMULAS BEM FORMADAS - fbfs

As **sentenças declarativas** da linguagem natural são representadas por **fórmulas** da linguagem proposicional, as **fórmulas bem formadas** — fbfs.

- As **fbfs** dessa linguagem proposicional são sequências de símbolos formadas de acordo com as seguintes regras gramaticais:
 1. Qualquer letra maiúscula é uma fbfs.
 2. Colocar “ \sim ” à esquerda de qualquer fbfs resulta em uma fbfs.
 3. Juntar duas fbfs com “ \wedge ”, ou “ \vee ”, ou “ \supset ”, ou “ \equiv ” e colocar o resultado entre parênteses resulta em uma fbfs.
- Veja, com cuidado, alguns exemplos de fbfs que estas regras permitem construir:

P	=	Eu fui a Paris.
$\sim R$ ou $\neg R$	=	Eu não fui ao Rio de Janeiro.
$(P \wedge \sim R)$ ou $(P \ \& \ \neg R)$	=	Eu fui a Paris e não fui ao Rio de Janeiro.
$(N \supset (P \wedge \neg R))$ ou $(N \rightarrow (P \ \& \ \sim R))$	=	Se eu sou Napoleão, então eu fui a Paris e não fui ao Rio de Janeiro.

- Cuide bem dos parênteses. Observe estas fórmulas:

Errado:	$(\neg Q)$	$\neg P \wedge Q$	$P \wedge Q \supset R$
Correto:	$\neg Q$	$(\neg P \wedge Q)$	$(P \wedge (Q \supset R))$
		$\neg(P \wedge Q)$	$((P \wedge Q) \supset R)$

- Os parênteses são usados para evitar ambiguidade.
- Para cada símbolo, veja a diferença entre essas fórmulas:

$(\neg P \wedge Q)$	=	Não-P e Q
$\neg(P \wedge Q)$	=	Não é verdade que P e Q

$((P \wedge (Q \supset R))$	=	P, e se Q então R
$((P \wedge Q) \supset R)$	=	Se P e Q, então R

- Veja outros exemplos:

$(\neg A \vee B)$	=	Não A, ou B.
$\neg(A \vee B)$	=	Não é verdade que A ou B.
$((A \vee B) \supset C)$	=	Se A ou B, então C.
$\neg(\neg A \wedge B)$	=	Não é verdade que não A e B.

- Sentenças longas, como o exemplo abaixo podem ser confusas para traduzir:

Se tentativas de provar “Deus existe” falham da mesma maneira que nossas melhores provas para “Há outros seres conscientes além de mim”, então a crença em Deus é razoável se e somente se a crença em outros seres conscientes é razoável.

- Concentre-se nos termos lógicos “se-então” e “se e somente se”, e traduza parte por parte. Essa sentença longa tem a seguinte forma:

Se tentativas de provar “Deus existe” falham da mesma maneira que nossas melhores provas para “Há outros seres conscientes além de mim”, **então** a crença em Deus é razoável **se e somente se** a crença em outros seres conscientes é razoável.

<p>“Se ... , então ... se e somente se ...” = $(F \supset (D \equiv O))$</p>

TABELAS DE VERDADE SIMPLES

- **Verdadeiro** e **Falso** são os **dois valores de verdade** possíveis para qualquer sentença.
- Vamos representar o **verdadeiro** por “**I**” (ou V) e o **falso** por “**O**” (ou F) .
- Uma tabela de verdade é
 - uma lista com todas as combinações possíveis dos valores de verdade das letras da fbf, que afirma se a fbf é verdadeira ou falsa em cada caso.

Resumo das Tabelas de Verdade

Estas tabelas são como uma “TABUADA” da lógica. Aprendê-las, memorizá-las é tão importante para lógica quanto aprender o cálculo das quatro operações da aritmética (a tabuada) é importante para a matemática.

P	Q	$\neg P$	$(P \wedge Q)$	$(P \vee Q)$	$(P \supset Q)$	$(P \equiv Q)$
V	V	F	V	V	V	V
V	F	F	F	V	F	F
F	V	V	F	V	V	F
F	F	V	F	F	V	V

Tabela 1 – Resumo das Tabelas de Verdade 1

P	Q	$\neg P$	$(P \wedge Q)$	$(P \vee Q)$	$(P \supset Q)$	$(P \equiv Q)$
1	1	0	1	1	1	1
1	0	0	0	1	0	0
0	1	1	0	1	1	0
0	0	1	0	0	1	1

Tabela 2 – Resumo das Tabelas de Verdade 2

Outra forma da mesma coisa:

Definições para não esquecer:

Definição 3.1.4 (Sentenças Contingentes)

Dizemos que uma sentença (fbf) é contingente, quando é verdadeira em algumas situações, mas falsa em outras.

Definição 3.1.5 (Tautologias) *Dizemos que uma sentença (fbf) é uma tautologia quando ela é sempre verdadeira, em todas as situações.*

Definição 3.1.6 (Contradições) *Dizemos que uma sentença (fbf) é uma contradição quando ela é sempre falsa, em todas as situações.*

Exercício 3.1.7 *Vá ao AVA e faça os Ex. 07 e Ex. 08.*

3.1.1.2 O TESTE DA VALIDADE DE ARGUMENTOS PELA TABELA DE VERDADE

Regra Geral: Dado um argumento proposicional, construa uma tabela de verdade que expresse os valores de verdade de todas as premissas e da conclusão em todos os casos possíveis. O argumento é **VÁLIDO** se e somente se nenhum caso possível (nenhuma linha da tabela) tem todas as premissas verdadeiras e a conclusão falsa. I.e., a fbf de forma condicional que é formada pela conjunção das premissas (no antecedente) e a conclusão (no conseqüente) é uma **tautologia**.

Vamos voltar ao nosso argumento.

Vou reescrevê-lo para inserir, entre parênteses após as frases declarativas, as letras que vão representá-las.

PREMISSA 1 : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta (P), [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento (Q).
 PREMISSA 2 (OMISSA) : A análise epistêmica tradicional está correta.
 CONCLUSÃO 0.1 : A crença é uma condição necessária para o conhecimento.
 PREMISSA 3 (OMISSA) : Se a crença é uma condição necessária para o conhecimento, então a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento (R).
 CONCLUSÃO 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

A **forma** deste argumento é, então:

PREMISSA 1 :	$(P \supset Q)$	
PREMISSA 2 :	P	(omissa)
CONCLUSÃO 0.1 :	Q	Obtida das premissas 1 e 2 por <i>Modus Ponens</i>
PREMISSA 3 :	$(Q \supset R)$	
CONCLUSÃO 1 :	R	Obtida da premissa 3 e conclusão 0.1 por <i>Modus Ponens</i>

Tabela 3 – Formalização do Argumento do primeiro parágrafo de *A Crença*

Gostou?

Fazendo a Tabela de Verdade, prova-se que este argumento é válido, i.e. se as premissas forem verdadeiras, é impossível a conclusão ser falsa.

Lembra-se disso?

Lá vai a Tabela de Verdade do Argumento, cuja **condicional correspondente** é

$$((((P \supset Q) \wedge P) \supset Q) \wedge (Q \supset R)) \supset R).$$

P	Q	$(P \supset Q)$	$((P \supset Q) \wedge P)$	$((((P \supset Q) \wedge P) \supset Q)$
V	V	V	V	V
V	F	F	F	V
F	V	V	F	V
F	F	V	F	V

Tabela 4 – Teste de Validade da Argumentação
Continua.

Aí está a primeira parte do argumento: até a Conclusão 0.1. Para o argumento completo, a tabela é mais longa e tediosa. Veja:

P	Q	R	$(P \supset Q)$	$((P \supset Q) \wedge P)$	$((((P \supset Q) \wedge P)) \supset Q)$	$(Q \supset R)$
V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V	F
V	F	V	F	F	V	V
V	F	F	F	F	V	V
F	V	V	V	F	V	F
F	V	F	V	F	V	V
F	F	V	V	F	V	F
F	F	F	V	F	V	V

Tabela 5 – Teste de Validade do Argumento do primeiro parágrafo de *A Crença*, parte 2 . Continua.

$(((((P \supset Q) \wedge P) \supset Q) \wedge (Q \supset R)))$	$(((((P \supset Q) \wedge P) \supset Q) \wedge (Q \supset R))) \supset R)$
V	V
F	V
V	V
V	V
V	V
F	V
V	V
V	V

Tabela 6 – Teste de Validade do Argumento do primeiro parágrafo de *A Crença*, parte 3 . Final.

Descobriu por que o argumento é válido?

Então!! Fizemos um exercício para mostrar que há argumentos interessantes nos textos filosóficos. Aliás, todo texto filosófico é argumentativo. Mostramos que o argumento inicial do texto que estamos lendo é um argumento válido. Mais adiante, trabalharemos com uma lógica mais potente, capaz de dar conta de argumentos mais complexos que este.

Consulte o RESUMÃO.

Exercício 3.1.8 Para fixar estes assuntos, vá ao AVA e faça o exercício Ex. 08.

Então, volte ao texto e examine que:

- a importância atribuída à análise filosófica geral do conhecimento gerou um conceito de crença (e de justificação) rarefeito e abstrato e
- deixou de englobar
 - diversas diferenças epistemologicamente significativas entre vários estados cognitivos, e,
 - também, muitas relações importantes entre a epistemologia e a psicologia.

Por isso, as Seções (temas) desse Capítulo sobre crença.

Para complementar sua leitura, compare-a com o que você pode obter através do ChatGPT sobre o tema.

3.1.2 A verdade

O segundo problema é caracterizar bem “Verdade”. Vamos nos valer do texto

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. A Verdade. In: MOSER, P. K *et al.*. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 67-84.

Dever de Casa 3.1.9 Vá ao AVA e leia o Texto de MOSER et al. *A Verdade*.

Antes de uma leitura cuidadosa desse texto, observe sua estrutura (passe as páginas e veja as seções em que está dividido):

- Introdução
- O relativismo
- A verdade e a correspondência
- A verdade e a coerência
- A verdade e o valor pragmático
- Espécies e noções de verdade

Por aí dá para ver que são discutidos vários problemas que afetam a definição de Verdade. Agora, comece a ler com atenção e se detenha na distinção entre as discussões sobre **a Verdade** e sobre **as proposições Verdadeiras**. Isso é altamente relevante. Lembre-se que esse problema se coloca a partir da definição de conhecimento proposicional que é apresentada:

Definição 3.1.10 *Um sujeito, S, conhece uma proposição, P, se e somente se*

- S acredita em P;*
- P é verdadeira; e*
- a crença de S em P está justificada.*

Viu? O que interessa, no final das contas, é definir o que significa a expressão “P é verdadeira”.

Quando terminar sua leitura, que você pode complementar com outros textos que encontrar, inclusive gerados pelo *ChatGPT*, pense na sua experiência de uso das expressões ‘verdade’ e ‘verdadeiro’. Anote o que for relevante, para discussões futuras.

Exercício 3.1.11 *Para encerrar esta discussão, vá ao AVA e faça o exercício Ex. 09.*

3.1.3 A justificação

Agora, vamos pensar em Justificação.

Você se lembra da última parte do texto de A. Nunes?

Para você não perder tempo, aí está:

Como deve a justificação ser entendida?

Que conclusões resultam de tudo isto para a definição de conhecimento como crença verdadeira justificada? Em primeiro lugar, que essa definição de conhecimento é problemática. E, em segundo lugar, que o problema reside na justificação. De resto, o problema da justificação é o problema fundamental da definição de conhecimento. As tentativas de solução deste problema têm apontado no sentido de entender a justificação de duas formas diferentes. De acordo com uma dessas formas, a justificação deve tornar impossível que a crença seja falsa. Segundo a outra, a justificação deve apenas tornar plausível (ou provável) a verdade da crença, sem ter de a garantir. Estas duas formas de entender a justificação dão, na realidade, origem a duas concepções possíveis de conhecimento, consoante a justificação seja entendida num sentido ou no outro.

Tipos de justificação:

1. A justificação deve garantir a verdade da proposição: *S* conhece *P* se e só se *S* acredita em *P*, *P* é verdadeira e está justificada de modo a **garantir** a sua verdade.
2. A justificação não tem de garantir a verdade da proposição: *S* conhece *P* se e só se *S* acredita em *P*, *P* é verdadeira e está justificada de modo a **tornar plausível** a sua verdade. (Enfatizei.)

Pronto!

Vá ver o que o texto

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. A Justificação e além. In: MOSER, P. K *et al.*. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 85-109.

pode nos dizer sobre isso.

Como nas outras leituras, comece examinando a estrutura do texto:

- A justificação, a verdade e a anulabilidade
- A justificação pela inferência e o problema da regressão
 - O problema da regressão
 - O infinitismo epistêmico
 - O coerentismo epistêmico
 - O fundacionalismo e o confiabilismo epistêmicos
 - O contextualismo epistêmico
- Complemento à justificação: o problema de Gettier

Conseguiu ver a importância dessa discussão?

Para entender o alcance e importância dessa discussão, recorra a algum *Chatbot*, o *ChatGPT*, por exemplo, e peça que ele construa um texto sobre a importância da justificação para o conhecimento. Depois, compare com a leitura que você vai fazer.

Feito esse Dever de Casa, veja o que vimos até agora:

- A definição tradicional de conhecimento e as discussões em torno dos termos básicos dessa definição.
- Ficamos sabendo que não é fácil, mas é fascinante, fazer filosofia. Sobre aquilo que parece estar estabelecido, sobre o que todo mundo acha que não há mais o que dizer, o filósofo problematiza, levanta problemas que somente aqueles que “pensam com a própria cabeça” são capazes de entender.

E, ..., quando parece que tudo foi estabelecido, vem Gettier.

A última seção texto é sobre um texto de E. Gettier. Leia com atenção essa seção e pense no que é, mesmo, uma discussão filosófica.

Exercício 3.1.12 Para encerrar esta discussão, vá ao AVA e faça o exercício Ex. 10

3.2 O problema de Gettier

Tanto o texto de Nunes quanto esse último texto terminam com o “famoso” *Problema de Gettier* (GETTIER, 2021) ou *Os contraexemplos de Gettier e Russell*, que expõem algumas limitações, “defeitos”, da definição tradicional de conhecimento.

Esse debate, recente, iniciado no século passado, deixa aberta, ainda, a discussão sobre a natureza do conhecimento. E, vimos, as novas investigações das neurociências e compreensão científica das funções superiores do cérebro, abrem novas perspectivas.

3.3 A Epistemologia Feminista

Uma observação final: Toda essa discussão tem sido atualizada permanentemente. Um dos enfoques interessantes que hoje se desenvolve é o da EPISTEMOLOGIA FEMINISTA, a epistemologia construída a partir de um ponto de vista desenvolvido, inicialmente, por filósofas.

Na internet há muitos artigos interessantes sobre isso. Vá lá. Prepare material para a próxima discussão.

Aqui, vou apresentar algumas ideias de Elizabeth ANDERSON em *Feminist epistemology and philosophy of science*, que está na SEP: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/feminism-epistemology/> from the Spring 2020 Edition of the Stanford Encyclopedia of Philosophy, publicado pela primeira vez em 9 de agosto de 2000; com revisão substantiva em Qui 13 de fevereiro de 2020.

3.3.1 A questão geral

Segundo [Anderson \(2020\)](#), a Epistemologia e a Filosofia da Ciência feministas estudam como o gênero influencia e deve influenciar as concepções de conhecimento, conhecedores e práticas de investigação e justificação; e identificam como as concepções e práticas dominantes de atribuição, aquisição e justificação de conhecimento diminuem as mulheres e outros grupos minoritários e, por isso, se esforçam para reformá-los para servir aos interesses desses grupos.

Assim,

Várias epistemólogas e filósofas da ciência feministas argumentam que as práticas de conhecimento dominantes prejudicam as mulheres

- (1) excluindo-as da investigação,
- (2) negando-lhes autoridade epistêmica,
- (3) desvalorizando estilos cognitivos “femininos”,
- (4) produzindo teorias de mulheres que as representam como inferiores, ou significantes apenas na forma como servem aos interesses masculinos,
- (5) produzindo teorias de fenômenos sociais que tornam as atividades e interesses das mulheres, ou relações de poder de gênero, invisíveis, e
- (6) produzindo conhecimento que não é útil para as pessoas em posições subordinadas, ou que reforce o gênero e outras hierarquias sociais. ([ANDERSON, 2020](#), p. 1)

(Itemizei para por enfaze.)

E mais, “As epistemólogas feministas atribuem estas falhas a concepções erradas de conhecimento, conhecedores, objectividade e metodologia científica.” (*idem, idem*) e estabelecem como programa de investigação o esclarecimento dessa questões e, ainda segundo essa autora, pretendem:

- (1) explicar por que a entrada de mulheres e acadêmicas feministas em diferentes disciplinas acadêmicas gerou novas questões, teorias, métodos e descobertas,
- (2) mostrar como os valores e perspectivas feministas e de gênero desempenharam um papel causal nessas transformações,
- (3) promovem teorias que apoiam movimentos igualitários e de libertação, e
- (4) defendem estes desenvolvimentos como avanços epistêmicos.

Para bem caracterizar o surgimento dessas discussões, [Alcoff e Kittay \(2007\)](#) já antecipavam na Introdução em que definem a Filosofia Feminista que “as filósofas feministas também desenvolveram novos métodos de análise e crítica, definiram novas linhas de investigação e revigoraram algumas das áreas centrais da filosofia.” (p. 1) e para mostrar que “[o] crescimento e o interesse pela filosofia feminista foram dramáticos”, afirmam que

No final da década de 1970, era possível contar nas duas mãos os volumes impressos sobre mulheres e filosofia: havia o monumental *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, alguns livros sobre mulheres e temas filosóficos escritos por mulheres nos séculos anteriores, um poucas obras questionando a tradição da filosofia política e cinco coleções de ensaios especificamente dedicados ao feminismo e à filosofia. Hoje, os volumes escritos por autores contemporâneos são demasiados para serem enumerados e rivalizarem com os produzidos em outras áreas da filosofia. Em questão de poucas décadas, a filosofia feminista emergiu como um campo distinto, com uma literatura distinta, incluindo uma revista dedicada exclusivamente à filosofia feminista. (p. 1)

Essas autoras ([Alcoff e Kittay \(2007\)](#)), ainda na Introdução de seu *Companion*, destacam:

Um olhar atento aos textos históricos revela a referência ocasional às mulheres que trai a presumível universalidade das conclusões sobre o Homem (genérico). Em particular, a personificação das mulheres, a sua suposta deficiência de razão e o seu estatuto social inferior tornaram-nas deficientes e excluíram-nas do “universal”. (p. 10)

Daí pode ser entendido o que [Anderson \(2020\)](#) afirma: “O conceito central da epistemologia feminista é o de conhecimento situado: conhecimento que reflete as perspectivas particulares de quem conhece.” (p. 2). E isso leva às principais discussões atuais, que decorrem de uma postura sobre a centralidade do gênero para esclarecer a exclusão das mulheres e das feministas na história tradicional da filosofia. Afirma [Anderson \(2020, p. 2\)](#) que as filósofas:

[a]rticularam três abordagens principais a esta questão – a teoria do ponto de vista feminista, o pós-modernismo feminista e o empirismo feminista – que convergiram ao longo do tempo.

Para ampliar um pouco essa questão, veja o que [Anderson \(2020\)](#) acrescenta sobre a Teoria do Ponto de Vista Feminino:

Classicamente, a teoria do ponto de vista afirma que o ponto de vista dos subordinados tem vantagem

- (1) na revelação de regularidades sociais fundamentais;
- (2) ao expor os arranjos sociais como contingentes e suscetíveis de mudança através de ações concertadas; e
- (3) na representação do mundo social em relação aos interesses humanos universais.

Em contraste, os pontos de vista dos grupos dominantes representam apenas regularidades sociais superficiais em relação aos interesses dos grupos dominantes, e deturpam-nos como necessários, naturais ou universalmente vantajosos. (p. 10) (Itemizei para por ênfase.)

E afirma:

Variantes da teoria do ponto de vista feminista fundamentam esta vantagem epistêmica em diferentes características da situação social das mulheres, por analogia com diferentes vertentes da epistemologia marxista.

Essas características seriam:

- Centralidade (das mulheres no sistema de reprodução – de criar os filhos e cuidar dos corpos) – elas estão numa posição melhor do que os homens para ver como o patriarcado não consegue satisfazer as necessidades das pessoas
- Autoconsciência coletiva (as mulheres desmascaram as deturpações ideológicas decorrentes objectificação sexual)
- Estilo cognitivo (homens e mulheres adquirem, pela educação, estilos cognitivos distintos: o masculino é abstrato, teórico, emocionalmente desapegado, atomístico e orientado para o controle ou a dominação; o feminino é concreto, prático, emocionalmente engajado, relacional e orientado para o cuidado — reforçados pela divisão do trabalho por gênero) –

O estilo cognitivo feminino reivindica vantagem epistêmica porque formas de conhecimento baseadas no cuidado com as necessidades de todos produzem representações mais valiosas do que formas de conhecimento baseadas na dominação (Hartsock 1987, *apud* Anderson (2020)).

- Opressão (as mulheres têm interesse em representar os fenômenos sociais de formas que revelem a sua opressão — têm experiência pessoal de opressão sexista —

A vantagem epistêmica dos oprimidos baseia-se por vezes na “consciência bifurcada”: a capacidade de ver tanto a partir da perspectiva dos dominantes como a partir da perspectiva dos oprimidos (Harding 1991, Collins 1990, *apud* Anderson (2020)).

Críticas à *teoria do ponto de vista feminista*:

- a teoria do ponto de vista não pode fornecer uma base não circular para decidir quais pontos de vista têm privilégio epistêmico
- é implausível sustentar que qualquer desigualdade de grupo seja central para todas as outras; eles se cruzam de maneiras complexas
- as mulheres não podem ter acesso privilegiado à compreensão da sua opressão
- a opressão assume diferentes formas para diferentes mulheres, dependendo da sua raça, orientação sexual e outras identidades
- por trás da afirmação de um ponto de vista universal da mulher, a perspectiva de mulheres brancas relativamente privilegiadas

Você, certamente, já ouviu falar de Derrida, Foucault, Irigaray, Lacan, Lyotard, Saussure e o questionamento que fazem a partir das tentativas de transcender a *situação*, discutindo conceitos como universalidade, necessidade, objetividade, essência e fundamentos, apelando para ideias como localidade, parcialidade, contingência, instabilidade, incerteza, ambiguidade e contestabilidade.

Ainda conforme Anderson (2020), é interessante observar que as “ideias feministas pós-modernistas são utilizadas contra teorias que pretendem justificar práticas

sexistas” . Opondo-se a ideologias que sustentam que as diferenças observadas entre homens e mulheres são naturais e necessárias, a “afirmação de que o gênero é construído social ou discursivamente” encontra lugar no pós-modernismo.

O terceiro grupo de teorias é o *empirismo feminista*. Entendido o empirismo como

a visão de que a experiência fornece a única ou principal justificativa para o conhecimento, [os] empiristas clássicos sustentavam que o conteúdo da experiência poderia ser descrito em termos fixos, básicos e teoricamente neutros em termos de dados dos sentidos. (ANDERSON, 2020, p. 19)

Assim, já considerando a proposta da *Epistemologia Naturalizada*, de Quine,

As empiristas feministas consideram como os valores feministas podem legitimamente informar a investigação empírica e como os métodos científicos podem ser melhorados à luz das demonstrações de preconceito sexual na ciência (Campbell 1998, Clough 2003, Nelson 1990) (ANDERSON, 2020, p. 19)

E essa discussão vai muito além. Procure na *Internet*, inclusive com a ajuda de ChatGPT, Bard e semelhantes, novas informações e desenvolva seu ponto de vista sobre esses assuntos e suas críticas.

O importante, agora, é fixar algumas características desse posicionamento sobre a reflexão feminista.

Voltemos à discussão central: o conhecimento supõe a justificação, que é uma forma de argumentação.

3.4 A justificação e a argumentação

No fim das contas, a questão principal fica aberta e a discutiremos, sob outra perspectiva, durante a Unidade 2 do curso, a partir de um ponto de vista que pode ser atribuído a Aristóteles em *Segundos Analíticos*.

Unidade II

A Unidade II está assim definida no Plano de Ensino:

UNIDADE II

1. A teoria clássica da argumentação
 - 1.1. A lógica
 - 1.2. A retórica
2. O argumento como estrutura discursiva/dialogal.
 - 2.1. A identificação de argumentos.
3. A forma lógica dos argumentos.
4. A representação e a análise dos argumentos.
 - 4.1. A representação dos argumentos.
 - 4.2. A análise dos argumentos.
 - 4.3. O válido e o falacioso.
5. A refutação.

Veja que, agora, vamos mudar um pouco a perspectiva, para tratar de questões tradicionais de Lógica. A razão para isto é que Aristóteles, nos *Segundos Analíticos* ou *Analíticos Posteriores* (APo) ([ARISTÓTELES, s.d.](#)) faz uma apresentação do conhecimento a partir de um ponto de vista completamente diferente do que já discutimos.

Dever de Casa 4.0.1 Vá ao AVA e leia o texto OII: “*Fragments de Analíticos Posteriores*”. Tente entender como o texto trata das relações entre conhecimento, e aprender e ensinar, e como isto depende de ideias desenvolvidas no contexto da lógica.

Depois de ler e reler até entender o texto de Aristóteles veja, nas anotações de leitura seguintes, o que precisa ficar muito claro. O que aí está são minhas anotações de leitura. Destaco o que é importante para as discussões da disciplina. Há resumos e reproduções de trechos, esquematizações, indicações de leituras e outras informações que julguei interessantes para facilitar a leitura de Analíticos Posteriores (de [Aristóteles \(s.d.\)](#)).

Qualquer *chatbot* ajudará a esclarecer aspectos dessa discussão. Lembre-se que a postura fundamental diante das novas informações é a avaliação crítica.

Veja se você encontrou ideias parecidas com as seguintes.

5.1 Livro I

Capítulo 1

Todo **conhecimento transmitido** e todo **conhecimento recebido** por via intelectual vêm de um **conhecimento precedente** pela :

- admissão do fato ou
- compreensão do significado do termo usado
- isto se manifesta em qualquer aprendizagem:
 - na matemática, nas outras artes (τέχνη)
 - nos argumentos dialéticos:
 - * por dedução (assumindo que as premissas são admitidas pelo outro) ou
 - * por indução (demonstrando o universal a partir do particular estabelecido).
 - nos argumentos retóricos, pelo uso de:
 - * exemplos (indução retórica),
 - * entimemas (dedução retórica).

Capítulo 2

Veja como, nesse Capítulo 2, Aristóteles apresenta uma série de definições. Preste atenção! As definições fixam o significado de termos que são usados em contextos muito importantes e, por isso, precisam ser bem claros. Lembre-se que já discutimos aspectos dessa questão.

Definição 5.1.1 *Saber é o ato de conhecer através da demonstração.*

- é necessário que a ciência demonstrativa parta de premissas
 - verdadeiras,
 - primeiras,

- imediatas,
- mais conhecidas do que a conclusão,
 - * anteriores a esta, e
 - * da qual elas são as causas.

Definição 5.1.2 São anteriores e mais conhecidos os **objetos** mais próximos da sensação.

Definição 5.1.3 Anteriores e mais conhecidos **de modo absoluto** os objetos mais distantes dos sentidos.

Definição 5.1.4 As **causas** mais universais são as mais afastadas dos sentidos, enquanto as causas particulares são as mais próximas, e opõem-se exatamente assim umas às outras.

Definição 5.1.5 Um princípio de demonstração é uma proposição imediata.

Definição 5.1.6 Uma proposição imediata é a que não tem outra proposição anterior a ela.

Definição 5.1.7 Uma proposição é uma parte ou outra parte de uma enunciação, quando predica um só predicado de um só sujeito;

- é dialética, se propõe uma ou outra parte da enunciação indistintamente;
- é demonstrativa, se propõe uma parte porque esta é verdadeira.

Definição 5.1.8 Enunciação é uma ou outra parte de uma contradição.

Definição 5.1.9 Uma contradição é uma oposição que não admite por si mesma qualquer termo intermédio.

Definição 5.1.10 A parte de uma contradição que une um predicado a um sujeito é uma afirmação, e a parte que nega um predicado de um sujeito, uma negação.

Até aí tudo claro? Descubra o alcance de:

Além disso, se quisermos possuir a ciência que procede por demonstração, não basta que o conhecimento dos princípios seja maior, a convicção formada mais sólida do que o que é demonstrado; é também necessário que não haja algo que nos seja mais garantido nem melhor conhecido do que os opostos dos princípios, de onde partirá o silogismo que conclui pelo erro contrário, pois a convicção da ciência pura deve ser imperturbável.

Capítulo 6

- o conhecimento demonstrativo descansa em princípios necessários
- os predicados essenciais pertencem necessariamente aos sujeitos
- é evidente ser de certas premissas deste tipo que o silogismo demonstrativo se constituirá;
- todo predicado pertence a um sujeito, ou deste modo, ou de modo accidental, mas os acidentes não são necessários.

[...]

Capítulo 10

- dentre os princípios dos quais nos servimos nas artes demonstrativas:
 - uns são peculiares a cada ciência,
 - outros comuns, mas
- definições não são hipóteses:
- “Há hipótese quando, sendo feitas certas proposições, o simples fato de elas serem feitas envolve uma conclusão.”
- toda hipótese, como todo postulado, é, ou universal, ou particular, enquanto as **definições são neutras**.

Capítulo 11

- é necessário que um mesmo predicado seja afirmável de sujeitos vários; sem isto não haveria universal
- não havendo universal, não haverá termo médio, nem, por conseguinte, demonstração
- “O princípio pelo qual é impossível afirmar e negar ao mesmo tempo um predicado de um sujeito, não é proposto por nenhuma demonstração, a não ser quando a conclusão se expressou também segundo esta forma.

[...]

Capítulo 13

O conhecimento do *que*, do fato

difere

do conhecimento do *porquê*, do fato raciocinado.

Veja nos exemplos seguintes como funciona essa diferença. Se parecer muito complicado, não desista. Mais tarde, com a Linguagem Silogística, tudo isto ficará bem claro. Lembre-se, a novidade é, justamente, essa: Aristóteles constrói sua ideia de conhecimento a partir de uma visão lógica do uso da linguagem.

Exemplo 5.1.II *A razão 2 é o caso quando demonstramos a proximidade dos planetas por eles não cintilarem.*

Admitamos:

- *C ser Planeta,*
- *B não-cintilar, e*
- *A estar próximo.*

PREMISSA: B afirma-se com verdade de C [todo C é B] (os Planetas não cintilam)

PREMISSA: A também se afirma de B [todo B é A] (o que não cintila está próximo) — esta proposição se obtém por epagoge, por indução

CONCLUSÃO: A predica-se necessariamente de C [todo C é A] (os Planetas estão próximos.)

Em todo o caso, este silogismo não se refere ao porquê, refere-se simplesmente ao quê.

Exemplo 5.1.12 Os Planetas não estão próximos por não cintilarem mas, pelo contrário, não cintilam porque não estão próximos.

podemos demonstrar o efeito pela causa, e teremos aí a demonstração do porquê.

Sejam

- C ser Planeta,
- B estar próximo, e
- A não-cintilar.

PREMISSA: B diz-se de C [todo C é B], e

PREMISSA: A, se diz de B; [todo B é A]

CONCLUSÃO: A diz-se também de C [todo C é A]

e o silogismo contempla o porquê, pois se tomou a causa próxima para termo médio.

Observação 5.1.13 Veja que esses dois argumento (silogismos) têm a mesma forma:

todo C é B

todo B é A

∴ todo C é A.

A diferença está na interpretação (simbolização) de B, que é o Termo Médio.

rá aprofundado mais adiante, quando for estudada a Linguagem Silogística.

Tenha calma! Vai ficar claro!

Exemplo 5.1.14 Outro exemplo: quando se demonstra a esfericidade da Lua pelo aumento da sua luminosidade.

Se, na verdade, o que assim aumenta é esférico, e se a Lua aumenta, torna-se evidente que a Lua é esférica. Enunciado desta forma, obtemos um **silogismo relativo ao QUE**, mas se a posição do termo médio for invertida, teremos um **silogismo relativo ao PORQUÊ**, por não ser em virtude dos aumentos que a Lua é esférica, pois é em virtude de ser esférica que ela cresce (a Lua pode figurar-se por L, esférica por E, e aumento por A).

- I (o que)
 - PREMISSA: E diz-se de A, [todo A é E]
 - PREMISSA: A diz-se de L [todo L é A]
 - CONCLUSÃO: E diz-se de L [todo L é E]
- II (porquê)
 - PREMISSA: E diz-se de L, [todo L é E]
 - PREMISSA: A diz-se de E [todo E é A]
 - CONCLUSÃO: A diz-se de L [todo L é A]

Observação 5.1.15 Mais adiante, com os recursos da Lógica Silogística, quando discutirmos melhor esses argumentos, notaremos que há uma imprecisão muito grande no tratamento que se dá à Lua. Ela deve ser tratada como **objeto particular**, portanto, representada por **termo singular**.

[...]

Capítulo 19

“Todo o silogismo se constrói com **três termos**. Uma espécie de silogismo serve para demonstrar que A é predicável de C, porque A se predica de B, e B de C; outra espécie é o **silogismo negativo**, em que uma das premissas exprime que um termo se predica de outro, e a segunda, pelo contrário, que um termo não se predica de um outro. É evidente que estas são as formas principais e que designamos por **hipóteses silogísticas**.” (Enfatizei.)

[...]

Capítulo 30

- **Não há arte demonstrativa do que acontece por acaso. O que acontece por acaso não acontece, nem por necessidade, nem as mais das vezes, antes acontece fora destas duas ordens.**

Capítulo 31

- **Não há também arte demonstrativa do conhecimento adquirido por sensação.**

- Mesmo que a sensação tenha por objeto uma qualidade, e não apenas uma quiddidade, temos de sentir pelo menos necessariamente tal coisa determinada, num lugar, e num tempo definidos.

[...]

5.2 Livro II

Capítulo 1

- O número de questões que nos propomos é proporcional ao que conhecemos.
- As questões que nos propomos são de quatro espécies:
 - o que,
 - o porquê,
 - se é
 - o que é
- São estas, pois, as quatro espécies de questões que nos propomos, e **é nas respostas a estas questões que o nosso saber consiste**.

Capítulo 2

Veja como o termo médio é importante na teoria aristotélica.

- quando inquirimos o que, ou quando procuramos saber se algo é em acepção simples, procuramos saber se aí há ou não há um termo médio;

- quando procuramos o porquê ou a essência da coisa, nesse caso estamos a inquirir qual é o termo médio
- o termo médio é a causa, sendo ele o objeto de todas as nossas inquirições.
- conhecer o que é significa conhecer a causa pela qual o que é é
- **“É, pois, evidente, que todos os problemas consistem na inquirição do termo médio.”**

5.3 Nota 28

- oito regras gerais das consequências, extraídas da lógica aristotélica (regras da validade do silogismo):
 - 1ª - Do verdadeiro não se segue senão o verdadeiro; porém, o verdadeiro segue-se tanto do verdadeiro como do falso.
 - 2ª - Do falso pode seguir-se o verdadeiro e o falso; porém, o falso não se segue senão do falso.
 - 3ª - Do necessário não se segue senão o necessário; o necessário, porém, segue-se de qualquer outro, isto é, do necessário, do contingente e do impossível.
 - 4ª - Do contingente nunca se segue o impossível, mas o necessário ou o contingente ; o contingente, porém, nunca se conclui do necessário, mas do contingente ou do impossível.
 - 5ª - Do impossível segue-se qualquer outro, isto é, o necessário, o contingente, ou o impossível; o impossível, porém, não se segue senão do impossível;
 - 6ª - Tudo o que está com o antecedente está com o conseqüente; mas nem tudo o que está com o conseqüente está com o antecedente.
 - 7ª - Tudo o que repugna ao conseqüente repugna ao antecedente; todavia, nem tudo o que repugna ao antecedente repugna ao conseqüente.
 - 8ª - De onde se seguir o antecedente segue-se o conseqüente; e tudo o que se seguir do conseqüente, segue-se do antecedente.

(Cf. Pedro da Fonseca, Instituições dialéticas, VI, 5. (apud Pinharanda Gomes, APo, p. 169))

5.4 Nota 78

- As causas são quatro:
 - material,
 - formal,
 - eficiente e
 - final.
- A causa final é a causa por excelência no realismo aristotélico.

“O fim costuma dizer-se de todas as causas, porque antecede as outras causas na ordem da natureza”.

“A causa eficiente, se não for movida pelo desejo do fim, nunca realizará nada”.

(Pedro da Fonseca, ob. cit., VII, 22.)

Pronto! Primeira parte desta Unidade II terminada. Se você não entendeu o que está acontecendo, releia os Fragmentos de Analíticos Posteriores e

Dever de Casa 5.4.1 *Vá ao AVA e leia o artigo de J. Stefani, 012 Conhecimento e argumentação em Aristóteles.* ([STEFANI, 2013](#))

Para fixar algumas ideias sobre a teoria clássica da argumentação, vamos nos valer do artigo de Álvaro Nunes, *Argumentação e Retórica* (NUNES, 2015), que você encontra no AVA e, originalmente, em criticanarede.com.

Para facilitar a compreensão da discussão que faz Nunes, examine a estrutura do artigo, passando as folhas para encontrar:

- Introdução
- 1. Preâmbulo histórico
- 2. A definição de retórica
- 3. A retórica antiga
 - 3.1. A natureza da retórica
 - 3.2. Definição aristotélica de retórica
 - 3.3. gêneros de discurso retórico
 - 3.4. Tipos de provas
 - * O *logos*
 - * O *ethos*
 - * O *pathos*
 - 3.5. Partes da retórica
 - * A invenção
 - * A disposição
 - * A elocução
 - * A memória
 - * A ação
- 4. A nova retórica
 - 4.1. Demonstração e argumentação
 - 4.2. A lógica do preferível
 - 4.3. Os pontos de partida da argumentação
 - * fatos, verdades, presunções, valores e lugares
 - * Figuras retóricas

- 4.4. O auditório
 - * Auditório particular e auditório universal
 - * Discurso persuasivo e discurso convincente
 - 4.5. As técnicas argumentativas
 - * Argumentos quase lógicos
 - * Argumentos fundados na estrutura do real
 - * Argumentos que fundam a estrutura do real
 - * Dissociação de noções
 - 4.6. A eficácia da argumentação
 - 4.7. Retórica e filosofia
- Bibliografia

Viu como o artigo é interessante?

Dever de Casa 6.0.1 *Vá ao AVA (ou ao endereço www.criticanarede.com) e leia com muita atenção o texto O13 Argumentação e retórica.*

Para testar sua leitura, examine se você entendeu bem as questões e soluções que listo a seguir. Essas notas não são um texto reelaborado a partir de ideias de Nunes mas, simplesmente, o destaque de fragmentos do texto *Argumentação e Retórica* para ajudar a localizar alguns temas importantes para a continuidade do curso.

6.1 Temas importantes de *Argumentação e Retórica* (de Álvaro Nunes)

6.1.1 Introdução

- lógica formal e lógica informal têm objetivo comum: distinguir
 - os argumentos válidos dos argumentos inválidos e
 - os argumentos bons dos argumentos maus.
- a lógica formal e a lógica informal não são as únicas disciplinas que estudam os argumentos. Outra, é
 - a retórica caracterizada como a arte da persuasão
 - a arte que estuda os procedimentos que permitem a um orador fazer um auditório aderir aos pontos de vista que defende

6.1.2 Preâmbulo histórico

- questões históricas: Homero (século IX ou VIII a.C.), Aristóteles, Empédocles de Agrigento (pré-socrático do século V a.C.), Górgias, Córax e Tísias (Sicília em meados do século V a.C.)
- oradores e retores ilustres: Lísias (c. 445-380 a.C.), Isócrates (436-338 a.C.), Demóstenes (384-322 a.C.)
- com Aristóteles (384-322 a.C.) — não era sofista nem retor, mas filósofo — a **retórica grega clássica atingiu o ponto máximo de sofisticação e sistematização**
- Cícero (106-43 a.C.), em plena República romana: orador, teórico, historiador, professor e filósofo da retórica de grande estatura.
- advento do cristianismo: Tertuliano (c. 155-225 d. C.) (divulgar e espalhar a nova religião)
- “verdade revelada’ e retórica cristã (por exemplo, de Agostinho)
- **renascimento**: redescoberta dos autores antigos, aumenta o interesse pela retórica
- segunda metade do século XX, há novo interesse pela retórica :
 - Chaïm Perelman (1912-1984)
 - Stephen Toulmin (1922-2009)
 - Hans-Georg Gadamer (1900-2002) e o Grupo μ

6.1.3 A definição de retórica

- “retórica” deriva do grego *rhêtorikê* = “arte da palavra”
- definições clássicas:
 - Córax e Tísias, Górgias e Platão: geradora de persuasão;
 - Aristóteles: descobrir os meios de persuasão relativos a um dado assunto;
 - Hermágoras: a faculdade de falar bem no que concerne aos assuntos públicos;
 - Quintiliano: a ciência de falar bem.
- definição mais comum e mais aceita é a da retórica como arte da persuasão (“arte” como técnica ou sistema de regras práticas)

Em resumo, a retórica é uma técnica ou um sistema de regras de comunicação que visam à persuasão e tem por base um conhecimento prático ou, na opinião de alguns, empírico.

6.1.4 A retórica antiga

- não há um sistema de retórica único e uniforme na época clássica
- há um conjunto de características principais que a maior parte dos autores antigos concorda em atribuir à retórica: investigadas de forma sistemática por Aristóteles, na obra *Retórica*

6.1.4.1 A natureza da retórica

- Aristóteles: arte que trata de questões que são do domínio do conhecimento comum e para as quais não existe resposta científica e que podem ser objeto de deliberação por parte de um auditório;
- utilidade da retórica: **“A verdade e a justiça não devem ser vencidas”**;
- instrumento que tanto pode ser usado para o bem como para o mal

6.1.4.2 Definição aristotélica de retórica

Definição 6.1.1 (Retórica) *A retórica é a arte que permite determinar quais são os meios de persuasão mais adequados a cada caso. (Aristóteles)*

- essa capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir não é a função de outra arte

6.1.4.3 Gêneros de discurso retórico

Examine com atenção o Quadro que está no texto.

- algumas características relacionadas com de um gênero de discurso não são exclusivas desse gênero

6.1.4.4 Tipos de provas

- As que residem no caráter moral do orador (*ethos*);
- As que se encontram no modo como se dispõe o auditório (*pathos*);
- As que residem no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar (*logos*).
- segundo tipo de prova técnica — depende do caráter do orador, que deve se mostrar: pessoa prudente, virtuosa e benevolente.
- terceiro tipo de prova se relaciona com o auditório — o orador deve procurar suscitar sentimentos e emoções no auditório que o predisponha de forma favorável para a tese que defende

“Existe uma relação estreita entre o *logos*, o *ethos* e o *pathos*, uma vez que as emoções (*pathos*) que o discurso (*logos*) do orador suscita no auditório têm um papel importante na construção da imagem que este faz do caráter (*ethos*) do orador e, desse modo, da sua capacidade de persuasão”.

6.1.4.5 Partes da retórica

A **invenção**: o orador procura descobrir e conceber os argumentos mais apropriados à tese que pretende defender

- lugar: um tipo de argumento provável, um esquema ou quadro argumentativo que pode assumir os mais diversos conteúdos
 - lugares comuns são os que podem ser usados nos três gêneros de discurso
 - lugares específicos são aqueles que tratam de temas que são próprios de um determinado gênero retórico

- estados da causa (aplica-se sobretudo ao discurso judicial)
 1. O estado de **conjectura**: trata-se de saber se o fato em questão ocorreu efetivamente; por exemplo, se uma pessoa que é encontrada ao lado de um cadáver matou;
 2. O estado de **definição**: trata-se de, uma vez estabelecido o fato, saber como designar esse fato do ponto de vista jurídico; por exemplo, se a pessoa matou, tratou-se de um homicídio voluntário ou involuntário?
 3. O estado de **qualidade**: trata-se de saber como caracterizar esse fato e de apreciar as circunstâncias, o resultado e a responsabilidade; por exemplo, a morte é útil, justa, oportuna ou há circunstâncias atenuantes?
 4. O estado de **transferência**: trata-se de saber se o tribunal é competente para julgar um caso ou se esse caso deve ser transferido para outra instância.

A **disposição**: forma como os argumentos devem estar ordenados no discurso

- O **exórdio** é a parte introdutória do discurso e tem por objetivo principal captar o favor e a atenção do auditório.
- A **narração** consiste na exposição dos fatos e, para ser eficaz, deve ser clara, breve e crível.
- A **confirmação** serve para o orador provar a tese que defende, apresentando os argumentos que a sustentam; e a **refutação** para destruir os argumentos contrários a essa posição. Estas duas partes são frequentemente agrupadas servindo para apresentar e encadear os **argumentos**.
- A **peroração** ou epílogo é a conclusão do discurso e nela o orador visa normalmente três objetivos: recapitular a argumentação, realçar os argumentos principais e comover o auditório, suscitando piedade ou indignação.

A **elocução**: redação e estilo do discurso.

- duas questões essenciais: a clareza de expressão e o ornamento.
- teoria dos três estilos: simples, agradável, elevado — **Veja Quadro de relações no texto**.
- princípio de conveniência: o discurso varia conforme as circunstâncias
 - gênero
 - assunto
 - confirmação *versus* refutação
 - relação entre a parte da disposição e o tipo de prova
- figuras: de pensamento e de palavras

A **memória**

- Quintiliano: **mnemotecnica**
 - decompor o discurso em partes, aprendidas de cor, associadas a sinais mentais que facilitem a sua recordação
 - a memória depende também do estado físico do orador (é necessário ter dormido bem e estar de boa saúde) e da estrutura do discurso (isto é, da sua maior ou menor coerência).

A **ação**

- pronúncia efetiva do discurso
- presença física do orador face ao auditório
- teoria da ação interessa-se por: a respiração, a colocação e o tom de voz, a mímica da face, a atitude do corpo e os gestos.

6.1.5 A nova retórica

- final dos 1950 e princípios dos 1960: a nova retórica (movimento não-homogêneo):
 - Grupo μ e Roland Barthes
 - Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca: **Tratado de Argumentação** (1958)
 - * ponto de partida: problema da justificação dos juízos de valor (moral, direito e política)

6.1.5.1 Demonstração e argumentação

- Aristóteles distingue dois tipos de raciocínios: analíticos (inferências válidas, silogismos científicos) e dialéticos (premissas apenas prováveis, ou geralmente aceitas, seja por todos os seres humanos seja pela maioria ou apenas por alguns)
- Perelman: silogismos dialéticos têm por fim persuadir ou convencer (não são inferências formais, válidas e constringentes)
- Descartes: regras da dedução válida para todo o domínio do conhecimento humano
- identificação da lógica com a lógica formal: desvalorização da retórica
- negação da razão prática e a impossibilidade da constituição de uma filosofia moral, de uma filosofia política e de uma filosofia do direito

6.1.5.2 A lógica do preferível

- Perelman: não existe uma lógica dos juízos de valor: **quando se trata de valores a questão não é estabelecer o que é válido, mas o preferível**
- método: analisar todo gênero de argumentos que visa a provocar e ganhar a adesão do auditório às teses que lhe são apresentadas

Perelman considerou ser necessário alargar a noção de razão e, a fim de conciliar:

- o pensamento e a ação,
 - a razão teórica e a razão prática,
 - juntar ao estudo da lógica formal o estudo dos raciocínios cujo fim é persuadir ou convencer.
- a nova retórica dirige-se a toda e qualquer **espécie de auditório**:
 - toda a humanidade,
 - opinião pública nacional ou internacional,
 - uma multidão,
 - um conjunto de especialistas,
 - um indivíduo ou
 - “nós próprios quando intimamente deliberamos sobre um dado assunto”

- objeto da retórica:

“o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento.”
- a nova retórica, ao contrário da antiga, deve estudar sobretudo os textos impressos
- existem outros métodos de persuasão, como a carícia ou a bofetada, mas **só a persuasão pela linguagem é do domínio da retórica.**

Esta lógica do preferível, a teoria da argumentação, distingue-se da demonstração de várias maneiras. **Veja com atenção o quadro do texto.**

“A força de um argumento depende, segundo Perelman, das premissas e da pertinência da argumentação, das objeções que lhe podem ser feitas e de como podem ser refutadas e tudo isto depende das convicções, das tradições e dos métodos de raciocínio do auditório”.

6.1.5.3 Os pontos de partida da argumentação

- objetivo do orador: adesão do auditório às teses que defende
- mostrar que essas teses se seguem de premissas aceitas pelo auditório
- estas teses podem **incidir sobre o real** (fatos, verdades e presunções) ou **sobre o preferível** (valores, hierarquias e lugares do preferível)

Fatos, verdades, presunções, valores e lugares

- fatos e verdades são objetivos e impõem-se a todos (mas podem ser contestados)

“A verdade não é absoluta nem subjetiva. É um fenómeno social que resulta de um acordo do auditório universal.”
- presunções não são pontos de partida tão seguros quanto os fatos e as verdades, mas têm por base o que normalmente ocorre e o que é razoável pressupor
- “valores permitem estabelecer uma ruptura da indiferença ou da igualdade entre as coisas, colocando uma delas acima ou julgando-a superior a outra, enquanto as hierarquias expressam os valores hierarquizados”.
- tipos de valores:
 - os valores positivos e negativos (afirmam uma atitude favorável ou desfavorável a respeito de algo);
 - os valores abstratos (como beleza e justiça);
 - os valores concretos (estão ligados a um ser, um grupo ou uma instituição, valorizando a sua unicidade)
- lugares do preferível têm um papel idêntico ao das presunções e podem ser divididos em:
 - lugares comuns,
 - lugares específicos
 - lugares da quantidade
 - lugares da qualidade
 - lugares da ordem (que afirma a superioridade da causa sobre o efeito),

- lugares do existente (que justifica a preferência por aquilo que é sobre o que é apenas possível),
- lugares de essência (que confere superioridade àquilo que representa melhor a essência) ou
- lugares da pessoa (que exprime a superioridade do que lhe está ligado sobre aquilo que diz respeito às coisas ou aos outros seres).

Figuras retóricas

- principais figuras da retórica:
 - Amplificação — que consiste no desenvolvimento oratório de um assunto;
 - Congérie — que é a amplificação por enumeração das partes de um conjunto;
 - Pseudodiscurso — pelo qual se atribui ficticiamente palavras a alguém;
 - Hipotipose — que consiste em descrever um acontecimento como se se desenrolasse diante de nós;
 - Enálage do tempo — que consiste na substituição de um tempo verbal por outro contrariando as regras da gramática (“se falas, estás morto”).
- Perelman: figuras têm uma função persuasiva e que, “por este motivo, devem ser consideradas figuras retóricas ou de estilo, consoante a função que tenham no discurso”.

6.1.5.4 O auditório

“nem sempre o auditório é constituído por aqueles a quem o orador se dirige diretamente”.

Auditório particular e auditório universal

- o auditório é constituído pelo “conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação” (PERELMAN, 1993, p. 33) e, por isso, pode ser de dois tipos:
 - auditório particular (variedade infinita — pode ser constituído por um único indivíduo ou por qualquer grupo restrito de pessoas);
 - auditório universal (“é constituído por todos aqueles que são capazes de seguir uma argumentação, competentes e razoáveis, e cujo acordo determina o que é verdade objetiva”).

Discurso persuasivo e discurso convincente

Definição 6.1.2 *O discurso persuasivo é aquele que visa persuadir os auditórios particulares por intermédio de argumentos que lhes são adequados.*

Definição 6.1.3 *O discurso convincente é o que se dirige ao auditório universal e cujas premissas e argumentos são universalizáveis, isto é, podem ser aceites por todos os membros do auditório universal, tendo assim este auditório o papel de decidir do carácter convincente da argumentação.*

6.1.5.5 As técnicas argumentativas

- argumentos usados para intensificar a adesão do auditório constituem meios de prova
- paralelamente à lógica tradicional, que usa como meios de prova argumentos dedutivos e argumentos indutivos, é necessário também admitir os argumentos dialéticos ou retóricos, que podem ser de três tipos:
 - argumentos quase lógicos (semelhantes a raciocínios formais):
 - * a incompatibilidade — que lembra o princípio da contradição;
 - * a identificação total ou parcial — que lembra o princípio da identidade formal e resulta da definição ou da análise;
 - * a regra de justiça;
 - * a reciprocidade;
 - * a transitividade — que lembra uma transitividade formal;
 - * a inclusão, a divisão, a comparação e a probabilidade não calculável.
 - argumentos fundados na estrutura do real (baseiam-se em ligações entre elementos do real):
 - * ligações de sucessão, que unem coisas da mesma natureza, como a relação de causa a efeito;
 - * ligações de coexistência, que estabelecem relações entre realidades de níveis diferentes, das quais uma é tomada como a expressão ou a manifestação da outra, como a relação que existe entre a pessoa e os seus atos, juízos ou obras;
 - * ligações simbólicas, que se caracterizam por uma relação de participação entre os símbolos e aquilo que eles evocam, aquilo que é por eles simbolizado.
 - argumentos que fundam a estrutura do real (criam ou completam esta estrutura tornando visíveis ligações que tinham estado até aí invisíveis):
 - * o exemplo, que permite a partir de um caso particular fundar uma previsão ou uma regra;
 - * a ilustração, que permite tornar presente à consciência uma regra já estabelecida;
 - * o modelo, que apresenta um caso particular como algo a imitar, permitindo fundar o que deve ser;
 - * a analogia, que estabelece uma semelhança e assimila duas relações com o objetivo de esclarecer, fundar ou avaliar por meio de uma relação conhecida, a que se chama foro, uma relação menos conhecida, a que se chama tema;
 - * a metáfora, que é uma analogia condensada, como o mostra o caso de “a velhice está para a vida assim como a noite para o dia”, de que derivam as metáforas “a velhice do dia” ou “o anoitecer da vida”
 - dissociação de noções (estabelecer pares hierarquizados e resolver as dificuldades dando a preferência a um dos pares)
 - par principal que resulta da dissociação de noções: aparência/realidade, do qual derivam:
 - * opinião/verdade,
 - * nome/coisa,
 - * sujeito/objeto,

- * meio/fim,
- * relativo/absoluto,
- * acidente/essência,
- * individual/universal,
- * teoria/prática.
- os pares de Platão:
 - * aparência/realidade,
 - * opinião/ciência,
 - * corpo/alma,
 - * devir/imutabilidade;
- os pares de Espinoza:
 - * imaginação/entendimento,
 - * universal/individual,
 - * abstrato/concreto,
 - * contingência/necessidade.
- o par fundamental de Kant:
 - * realidade fenomênica/realidade numênica

6.1.5.6 A eficácia da argumentação

- “A eficácia da argumentação não depende apenas do efeito de argumentos isolados, mas também da totalidade do discurso, da interação entre os argumentos e até dos argumentos que ocorrem espontaneamente no espírito de quem ouve o discurso”.
- organização da argumentação:
 - ordem de força crescente,
 - ordem de força decrescente e
 - ordem nestoriana

Todas estas considerações permitem distinguir a argumentação da demonstração que, como já dissemos, não precisa ter em conta as relações entre orador e auditório.

6.1.5.7 Retórica e filosofia

“Ora, é a impossibilidade de negligenciar o auditório a que sempre se dirige que faz com que a argumentação filosófica seja, inevitavelmente, tributária duma teoria da argumentação ou duma teoria do discurso persuasivo de que é, sustenta Perelman, uma aplicação particular. Enunciada com toda a clareza, a tese [...] é a de que “a prova filosófica é de natureza retórica e, na medida em que o raciocínio filosófico se apoia em premissas que lhe são próprias, liga-se a teses comumente admitidas, que são os princípios comuns, as noções comuns e os lugares comuns””. (GRÁCIO, 1993, p. 88), *apud* (NUNES, 2015)

Exercício 6.1.4 Vá ao AVA e resolva o exercício Ex. Oa.

O argumento como estrutura discursiva/dialogal.

Vamos começar a tratar, de forma mais rigorosa, problemas que já foram apresentados.

Lembra-se das primeiras leituras? Frege? Cláudio Costa sobre Wittgenstein? Aí foi estabelecida a necessidade de um tratamento rigoroso de questões relacionadas com o uso da linguagem natural ou linguagem ordinária. A preocupação com a precisão da argumentação na ciência, no direito, e nas conversas do dia a dia levou muitos filósofos à Lógica e à Teoria da Argumentação.

Lembre-se que estabelecemos uma relação fundamental entre conhecer e argumentar, e apresentamos a lógica proposicional — um conjunto de recursos de simbolização de frases da linguagem natural que permite decidir, por cálculo de tabela de verdade, sobre a validade de argumentos — como recurso técnico para a avaliação de argumentos. Quando discutimos os problema de justificação (conhecimento é crença verdadeira **justificada**) questões sobre dedução e validade foram discutidas ao lado de problemas da indução, da analogia e outras formas de justificação não válidas.

Agora, vamos retomar essas discussões, refinando os recursos que já utilizamos para identificar argumentos e prepará-los para avaliação. Vamos adotar um ponto de vista lógico para ver as questões relativas à argumentação. Por isso,

Dever de Casa 7.0.1 *Vá ao AVA e comece a ler os Capítulos 1 e 2 da Apostila de Lógica (H. Gensler). Anote o que não ficou claro para estudo posterior.*

Importante!!! Leve em conta a recomendação de fazer exercícios para dominar as técnicas que são apresentadas. Lembre-se de que todo grande instrumentista começou a dar concertos tocando por partitura.

Vamos trabalhar com os aspectos lógicos da argumentação!!

Vamos supor que as questões retóricas sobre relações com um interlocutor, estrutura do discurso, tipos de provas, recursos para persuasão e convencimento estão resolvidas, isto é, analisadas criticamente e avaliadas conforme os critérios de alguma teoria retórica.

O que sobra?

A avaliação dos argumentos. Lembre-se: quando se estudou as *Partes da retórica*, na **disposição** está explicitamente colocada a função retórica da argumentação:

A **confirmação** serve para o orador provar a tese que defende, apresentando os argumentos que a sustentam; e a **refutação** para destruir os argumentos contrários a essa posição. Estas duas partes são frequentemente agrupadas servindo para **apresentar e encadear** os argumentos.

Viu? A **confirmação** é a parte do discurso na qual os argumentos que sustentam a tese do orador e destroem os argumentos a ela contrários são apresentados.

Basta? Lembrou-se disso tudo? Se não, vá um pouco mais atrás e reveja as questões de lógica que vêm desde a Unidade I.

Agora, vamos adiante.

7.1 A identificação de argumentos.

Argumentos serão a matéria de análise de agora em diante. Logo, é preciso saber o que são e como identificá-los.

Então, vamos às definições básicas:

Definição 7.1.1 (Argumento) *Um argumento é um conjunto de sentenças das quais uma delas é chamada de conclusão e as outras de premissas.*

Para refrescar a memória:

Definição 7.1.2 (Sentença) *Uma sentença é uma frase que pode ser verdadeira ou falsa.*

Definição 7.1.3 (Conclusão) *A conclusão de um argumento é a sentença que expressa o ponto de vista que é defendido pelo orador ou oferecido à adesão de um auditório ou indivíduo.*

Definição 7.1.4 (Premissa) *Uma premissa em um argumento é uma sentença que oferece apoio, ou fundamento, ou base, ou justificativa, ou razão para a conclusão.*

Estas definições caracterizam bem um argumento. Assim, os fragmentos argumentativos podem ser identificados em qualquer texto.

Outra informação auxiliar: a identificação de certas expressões linguísticas que comumente acompanham premissas ou conclusões de argumentos, que são chamadas **indicadores** de premissa ou de conclusão.

Veja uma lista de alguns desses indicadores:

Indicadores de conclusão:	Indicadores de premissa:
logo	porque
daí	pois
assim	uma vez que
portanto	posto que
por isso	tendo em conta que
consequentemente	em virtude de
segue-se que	devido a
então	dado que
...	ora
	...

Tabela 7 – Indicadores de conclusão e de premissa

É útil, também, levar em conta algumas expressões que ligam premissas:

Expressões que, usualmente, ligam razões (premissas)
e
mas
, (vírgula)
. (ponto final)
; (ponto e vírgula)
...

Tabela 8 – Expressões que unem premissas

Ora, como um argumento é válido por causa de sua forma lógica, é importante levar em conta:

Definição 7.1.5 *Um argumento é **válido** quando não é possível (é contraditório) que suas premissas sejam todas verdadeiras e sua conclusão falsa.*

Definição 7.1.6 *Um argumento é **correto** quando for válido e, além disso, todas as suas premissas forem de fato verdadeiras.*

Dever de Casa 7.1.7 *Outra vez, leia os Capítulos 1 e 2 da Apostila (que está no AVA). Lá, você encontrará explicações adicionais sobre isso, exemplos e exercícios. Lembre-se da necessidade de “treinar” (fazer exercícios) para dominar essas ideias.*

Observação 7.1.8 *Lembre-se que “treinar”, fazer exercícios, começa “tocando por partitura” (o nome comum para isso é “colar”). Consulte o texto para elaborar suas respostas. Não há questões do tipo “qual é a terceira letra da palavra ‘que’ que ocorre na quinta linha do texto?”. Se você acertar como consultar o texto, fizer uma “cola” crítica, você estará aprendendo.*

Exercício 7.1.9 *Vá ao AVA e faça o exercício Ex. 01 da Unidade II.*

Lembre-se sempre:

- Os adjetivos **verdadeiro e falso** são usados para qualificar **sentenças**, não argumentos.
- Os adjetivos **válido e inválido** são usados para qualificar **argumentos**, não sentenças.

Definição 8.0.1 (Forma lógica) *A forma lógica de um argumento é determinada pelo arranjo das noções lógicas e das frases componentes que nele ocorrem.*

A ideia de forma lógica, e sua utilização para determinar se um argumento é válido, é antiga. Aristóteles, em sua teoria do silogismo, definiu as regras de avaliação sobre a forma deste tipo de argumento. Isto se deve a propriedades bem elementares da linguagem, como a estrutura das frases definida pela atribuição de uma propriedade (predicado) a um objeto (sujeito). Assim, toda sentença passa a ser definida pela forma ‘S é P’. Exemplos não faltam.

Exemplo 8.0.2 *Examine:*

- *Sócrates é homem.*
 - *Sujeito: Sócrates*
 - *Predicado: é homem.*

- *Todo estudante universitário é candidato a título de bacharel.*
 - *Sujeito: estudante universitário*
 - *Predicado: é candidato a título de bacharel.*

Observe os sujeitos (S): ‘Sócrates’ é nome de um objeto singular — aquele filósofo grego que tinha nariz de grão de bico; ‘estudante universitário’ é nome de propriedade, predicado, conjunto, classe.

Viu como há uma diferença fundamental na caracterização destes “sujeitos”?

Olhe para os predicados (P) e veja que são, nos dois exemplos, da mesma natureza: nomes de classes, predicados, propriedades, conjuntos.

Estes problemas serão sanados com a Linguagem Silogística.

Dever de Casa 8.0.3 *Volte à Unidade I e reveja aquelas aplicações que foram feitas da linguagem proposicional. Observe que aquela linguagem captura a forma das sentenças da linguagem natural para exibir, mais claramente, a relação que os operadores lógicos estabelecem entre elas. Reveja, também, os exercícios daquela unidade. Você já se deparou com formas de argumentos.*

Veja agora, algumas formas de argumentos comuns, simples que, certamente, ocorrem nos Exercícios e você usa com frequência.

Forma do Argumento	Exemplo
P Q —	José está em Na tal. João está em Natal. —
$P \wedge Q$	José e João estão em Natal.
P —	José está em Natal. —
$P \vee Q$	José ou João está em Natal.
$P \supset Q$ P — Q	Se José está em Natal, então João está em Natal. — José está em Natal. — João está em Natal.

Tabela 9 – Exemplos de Formas de Argumentos

E muitas outras formas. Viu como, a partir destas formas, outros argumentos podem ser construídos pela simples mudança das sentenças simbolizadas? Esta é uma das vantagens das formas. Uma vez caracterizada a validade de uma forma, todos os argumentos desta mesma forma são válidos.

A Apostila é rica em formas.

O que vem a seguir é um refinamento daquela linguagem do cálculo proposicional.

A representação e a análise dos argumentos

Lembrete importante: Frege e Wittgenstein (estudado através de C. Costa) chamaram a atenção para as fragilidades da linguagem natural quando usada para a representação precisa dos argumentos na ciência, no direito, na discussão do dia a dia. Uma das soluções propostas para superar essas limitações foi a Linguagem do Cálculo Proposicional já apresentada. Agora, uma linguagem mais poderosa, capaz de representar sentenças e argumentos mais complexos, é apresentada.

Freeman, em seu *Argument Structure* afirma:

Ao discutir a estrutura do argumento no contexto da argumentação, deve-se começar enfatizando a distinção, já observada no Prefácio, entre a microestrutura do argumento e a macroestrutura do argumento. Por *microestrutura* de um argumento, queremos dizer sua forma lógica conforme estudada na lógica dedutiva ou indutiva. [...] A análise microestrutural [...] diz respeito à estrutura interna das sentenças constituintes de um argumento. Em contraste, a *macroestrutura* de um argumento diz respeito a como suas afirmações componentes (junto talvez com outros elementos) se encaixam como um todo para supostamente dar suporte a alguma conclusão ou conclusões. (FREEMAN, 2011, p. 1) (Traduzi.)

Por isso, vamos estudar uma linguagem que permite exibir a microestrutura de um argumento sem disfarçar sua macroestrutura.

A Lógica Silogística estuda argumentos cuja validade depende das palavras "todo", "nenhum", "algum", e noções similares. Este ramo da lógica é estudado desde Aristóteles, que o desenvolveu e é instrumento de análise da maioria dos argumentos do dia a dia, na ciência, no direito, nas discussões informais.

9.1 A representação dos argumentos

Veja na Apostila, que os

COMPONENTES BÁSICOS DA LINGUAGEM SILOGÍSTICA são:

- LETRAS MAIÚSCULAS: serão usadas para categorias gerais (tais como "lógicos", "seres humanos", "mortais", ...).

- LETRAS MINÚSCULAS: serão usadas para indivíduos específicos (tais como "Daniel", "Sócrates", "Bárbara", ...).

- PALAVRAS: há 5 palavras em nossa linguagem:

todo – nenhum – algum – é –
não

Com este material, os argumentos nos quais ocorrem "palavras" serão simbolizados e as sentenças daí resultantes serão chamadas **fbfs** (fórmulas-bem-formadas).

Definição 9.1.1 (fbf) *Fbfs* são sentenças com qualquer uma das oito formas abaixo, nas quais as letras maiúsculas e minúsculas podem ser quaisquer outras:

todo A é B	algum A é B
nenhum A é B	algum A não é B
x é A	x é y
x não é A	x não é y

Veja com cuidado, na Apostila, as observações sobre:

- SINGULAR E PLURAL e
- VERBO SER

Dever de Casa 9.1.2 *Leia com atenção a Apostila (GENSLER, 2015) e acompanhe com cuidado os exemplos de trabalho com essa nova linguagem.*

Exercício 9.1.3 *Há exercícios no AVA sobre isso. Vá lá e resolva os exercícios Ex. 02 e Ex. 03 da Unidade II.*

Até aí, cuidou-se da **representação** dos argumentos. É fundamental que se disponha de um padrão de representação que exiba com precisão a **forma** dos argumentos, e isto a linguagem silogística oferece, como condição para uma análise rigorosa, que permita uma **avaliação da validade**: condição para a aceitação ou refutação de argumentos.

9.2 A análise dos argumentos

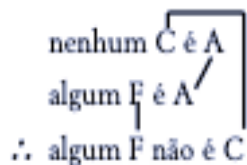
9.2.1 O Silogismo

Um silogismo é um argumento escrito com fbfs da linguagem silogística.

Definição 9.2.1 (SILOGISMO): *Um silogismo é uma sequência vertical de uma ou mais fbfs na qual cada letra ocorre exatamente duas vezes e as letras formam uma cadeia, ou seja:*

- Cada fbf tem pelo menos uma letra em comum com a fbf exatamente abaixo dela, se houver alguma, e a primeira fbf tem pelo menos uma letra em comum com a última fbf.

O diagrama da Figura 1 mostra como as letras de um silogismo formam uma cadeia:



- A última fbf em um silogismo é a conclusão. Todas as outras fbfs são premissas.
- Um silogismo sem premissa é válido se e somente se for impossível que sua conclusão seja falsa.

Dever de Casa 9.2.2 *Agora, vá ao texto da Apostila e veja essa mesma matéria com mais detalhes e exemplos. Isso é importante para fazer os exercícios.*

Exercício 9.2.3 *Vá ao AVA e resolva o exercício Ex. 04 da Unidade II.*

9.2.2 O Teste Estrela

Uma das maneiras de decidir se um argumento é válido é o **Teste Estrela** desenvolvido por H. Gensler 1973 e discutido amplamente em (GENSLER, 2021)

É fundamental que se possa decidir se um argumento é válido ou inválido. Este é o primeiro critério para se pensar sobre a possibilidade de aceitação de um argumento. Desde que caracterizados os argumentos como silogismos (veja acima as definições), dispor de um teste para avaliar sua validade é fundamental para separá-los em dois grupos que se excluem: os argumentos (silogismos) **válidos** e os argumentos (silogismos) **inválidos**.

Já se estudou, para os argumentos que podem ser expressos através da Lógica Proposicional ou Lógica Vero-funcional, que as Tabelas de Verdade são um teste muito simples para fazer a identificação de argumentos válidos. Agora, com os argumentos que podem tomar a forma de silogismos, é necessário um novo instrumento de teste. Este teste será o **Teste Estrela**.

Vejamos.

Dispondo da representação do argumento na Linguagem Silogística, os passos seguintes para a decisão sobre **validade** começam com a identificação das letras distribuídas.

Definição 9.2.4 (LETRA DISTRIBUÍDA:) *Uma letra é distribuída em uma fbf se ela for a primeira letra que ocorre depois da palavra “todo” ou de “não é”, ou se for qualquer das letras que ocorre em uma fbf que comece com “nenhum”.*

As letras distribuídas das fbfs abaixo são as que estão sublinhadas:

todo <u>A</u> é B	algum A é B
nenhum <u>A</u> é B	algum A não é <u>B</u>
x é <u>A</u>	x é y
x não é <u>A</u>	x não é <u>y</u>

Observação 9.2.5 *Sublinhar uma letra distribuída é apenas um recurso mnemônico para as fases seguintes do teste.*

Agora, o mais Importante!!!

A definição do Teste parte da identificação das letras distribuídas e sua marcação de acordo com a posição que ocupam, nas premissas ou na conclusão do argumento. Lembre-se: antes do Teste Estrela, o argumento deve ser simbolizado, formalizado, na linguagem silogística. A 'estrela' é, simplesmente, um asterisco (*).

Definição 9.2.6 (TESTE ESTRELA:) *Marque com uma estrela as letras **distribuídas das premissas** e as letras **não distribuídas da conclusão**.*

O silogismo é VÁLIDO se e somente se cada letra maiúscula estiver marcada exatamente uma vez e há exatamente uma estrela no lado direito do silogismo.

Dois exemplos pequenos, porém confusos.

a não é \underline{b}^*	Válido
$\therefore b^*$ não é \underline{a}	\therefore todo \underline{A} é A^* Válido

- Como não há letra maiúscula no primeiro silogismo, então é verdade que nele, cada letra maiúscula tem * em exatamente uma de suas ocorrências. Repare também que há exatamente um * no lado direito do silogismo. Portanto, o primeiro silogismo passa no teste e é válido.
- Como o segundo silogismo não tem premissas, marcamos apenas a conclusão. Ali, A tem exatamente uma ocorrência com * e é justamente a do lado direito do silogismo. Portanto, o segundo silogismo também passa no teste e é válido.

Dever de Casa 9.2.7 *Você já dispõe de informações suficientes para fazer os exercícios Ex. 01 a Ex. 06 desta segunda unidade. Reveja com atenção toda a matéria, e vá ao AVA.*

Exercício 9.2.8 *Vá ao AVA e comece a fazer os exercícios de Ex. 01 a Ex. 06 desta Unidade II.*

Não se preocupe se você enfrentar dificuldades maiores do que as que imaginou para resolver estes exercícios. Isto está previsto. Volte à Apostila ou use este Libreto como referência rápida e “cole”. Desculpe, resolva “por partitura”. Lembre-se que “treinar” faz aprender.

Observação 9.2.9 *Em português, as palavras “algum” e “alguns” podem ter vários significados, tais como “um ou mais”, “dois ou mais”, “pelo menos uns poucos”, “um ou mais, mas não todos”, “dois ou mais, mas não todos”, “uns poucos, mas não todos”. Em lógica, no entanto, usaremos a palavra “algum” apenas com o sentido de “um ou mais”. Os outros sentidos possíveis desta palavra podem ser expressos em um outro sistema lógico, que não estudaremos nesta disciplina chamado de lógica de primeira ordem ou cálculo de predicados.*

9.2.3 Argumentos em português

9.2.3.1 Faça duas análises por argumento

- Trabalhe com os argumentos em português (linguagem natural) com duplo cuidado.
 - Primeiro, utilize a intuição. Leia o argumento e pergunte-se se ele parece válido. Em várias ocasiões isso será claro, mas algumas vezes não.
 - Só após esta primeira análise intuitiva, traduza o argumento para a linguagem silogística formal e aplique o teste estrela para a validade.
- Se sua intuição e o teste de validade concordarem, então você tem uma base mais forte para a sua resposta.
- Se sua intuição e o teste de validade discordarem, então algo está errado. Você terá que reconsiderar sua intuição, ou sua tradução, ou seu uso do teste de validade.

9.2.3.2 Cuidados com a formalização

- Utilize sempre a mesma letra para a mesma idéia, e letras diferentes para idéias diferentes.
- Cuidado, pois em português (linguagem natural), muitas vezes a mesma ideia pode estar escrita de maneiras diferentes.
- Para ajudar a lembrar que letra traduz cada ideia, em um argumento, sublinhe a frase do argumento e escreva a letra que a traduz acima da frase sublinhada.
- Cuidado com a distinção entre termos gerais (letras maiúsculas) e termos singulares (letras minúsculas).

Exercício 9.2.10 *Vá ao AVA e faça o exercício Ex.09 da Unidade II.*

9.2.4 Traduções mais complexas

Todo mundo já enfrentou dificuldades na hora de falar com mais precisão usando somente as formas mais comuns de se expressar na linguagem natural. “Não entendi. Pode repetir?”, “Não foi isso que eu disse.”, “Você não me entendeu!”, ... e muita “cara feia” ocorrem, com frequência em conversas informais. Já discutimos isso. A riqueza e flexibilidade da linguagem do dia a dia torna-a fonte de “mal-entendidos e erros no pensamento e na ciência” (lembrou-se de Frege?).

Pois bem!

A seguir, soluções para alguns problemas para “diferentes formas de dizer”.

 Formas de dizer **todo** A é B

Cada (qualquer) A é B .
 Quem quer (qualquer coisa) que seja A é B .
 A 's são B 's.
 Aqueles que são A são B .
 Se alguém é A , então é B .
 Se você for A , então você é B .
 Apenas B 's são A 's.
 Nada (ninguém) além dos B 's são A 's.
 Ninguém (nada) é A a menos que seja B .
 Uma coisa (alguém) não é A a menos que seja B .
 É falso que algum A não seja B .

Tabela 10 – Formas de dizer **todo** A é B

 Formas de dizer **nenhum** A é B

A 's não são B 's.
 Cada (qualquer) A não é B .
 Quem quer (qualquer coisa) que seja A não é B .
 Se alguém é A , então não é B .
 Se você é A , então você não é B .
 Ninguém (nada) que seja A é B .
 Não há (existe) um único A que seja B .
 É falso que haja uma A que seja B .
 É falso que algum A é B .

Tabela 11 – Formas de dizer **nenhum** A é B

 Formas de dizer **algum** A é B

Alguns A 's são B 's
 A 's algumas vezes são B 's
 Um ou mais A 's são B 's
 Um ou mais A é B
 Há (existem) A 's que são B 's
 Há (existe) A que é B
 É falso que nenhum A é B

Tabela 12 – Formas de dizer **algum** A é B

Formas de dizer algum A não é B
Alguns A's não são B's
Há (existem) A's que não são B's
Há (existe) A que não é B
Nem todos os A's são B's
Nem todo A é B
É falso que todos os A's são B's
É falso que todo A é B

Tabela 13 – Formas de dizer **algum A não é B**

Observação 9.2.11 (1) As fórmulas “nenhum A é B” e “algum A é B” são contraditórias. Ou seja, dizer que uma delas é falsa, é equivalente a dizer que a outra é verdadeira, e vice-versa. Similarmente, “todo A é B” e “algum A não é B” também são contraditórias.

CONSELHOS ÚTEIS:

- Estude as regras de tradução com cuidado. Sentenças em linguagem natural, muitas vezes com expressões idiomáticas, são difíceis de interpretar corretamente, mesmo que sejam usadas na linguagem do dia a dia.
- As regras apresentadas cobrem muitas, mas não todas as expressões possíveis que devem ser traduzidas na linguagem formal. Cuidado com exemplos que não forem cobertos pelas regras apresentadas.

Com a técnica do Teste Estrela pode-se, também, inferir (descobrir) uma conclusão que não foi explicitada de um conjunto qualquer de premissas. Veja na Apostila, na seção 2.5 Inferindo a Conclusão o passo a passo para isto:

- (1) traduza as premissas para a linguagem formal e marque-as com *;
- (2) descubra quais devem ser as letras da conclusão;
- (3) descubra qual deve ser a forma da conclusão;
- (4) adicione a conclusão às premissas e faça o teste estrela.

Obteve um argumento válido? Pronto.

Não obteve um argumento válido? Refaça todo o procedimento.

Lembre-se: um dos recursos retóricos muito usados no dia a dia e no direito (e muito raramente em artigos científicos) é o envolvimento do interlocutor na construção da tese que o orador quer apresentar. Oferecer premissas e deixar que o auditório “conclua” é uma forma de antecipar a adesão ao que se quer apresentar.

Esta mesma técnica permite “descobrir” uma premissa que tenha sido intencionalmente omitida.

Dever de Casa 9.2.12 Leia com atenção as seções que falam sobre isto na Apostila. Assim, você se preparará para os exercícios que testarão sua aprendizagem.

Exercício 9.2.13 Vá ao AVA e resolva os exercícios de Ex. 0a a 09 da Unidade II que ainda estejam abertos.

Completamos mais uma parte importante do conteúdo. Dispomos de recursos para avaliar alguns tipos de justificação. Não custa lembrar: conhecimento é **crença verdadeira justificada**. Toda essa discussão sobre a representação e a avaliação da validade de argumentos serve para refinar a análise do conhecimento, i.e., para adotar postura crítica diante do que é proposto.

É prática corrente a série de perguntas do tipo “por que?” para se pedir a justificação do que é afirmado, seja novo ou já conhecido, e isto representa a requisição de justificativa, uma postura crítica que aguarda resposta que resista à aplicação dos critérios de avaliação da validade dos argumentos apresentados.

Agora, um novo problema. Se estamos diante de um argumento não válido, como proceder?

9.3 O válido e o falacioso.

No começo de *Tópicos*, para distinguir o argumento dialético que “é o objeto de nossa pesquisa no tratado que temos diante de nós.” (ARISTÓTELES, , 100a 24) Aristóteles apresenta e define os tipos fundamentais de argumentos:

- o argumento demonstrativo (100a 26);
- o argumento dialético (100a 30);
- o argumento erístico (ou contencioso) (100b 24); e
- o paralogismo (101a 5).

O argumento demonstrativo e o argumento dialético já foram bem discutidos. Interessante, agora, entender melhor o argumento contencioso. Veja a definição, conforme a tradução publicada na coleção Os pensadores, da Abril Cultural, em 1978:

O raciocínio (c) é “contencioso” ou “erístico” quando **parte de opiniões que parecem** ser geralmente aceitas, mas não o são realmente, ou, então, se apenas **parece raciocinar** a partir de opiniões que são ou parecem ser geralmente aceitas. (ARISTÓTELES, , 100b 24-26). (Destaquei.)

O que está destacado?

Dois tipos de erros de argumentação: (1) partir de opiniões que parecem ser aceitas e (2) parecer raciocinar. Daí, Aristóteles chamar atenção para:

em nenhuma das opiniões que chamamos geralmente aceitas a ilusão é claramente visível, como acontece com os princípios dos argumentos contenciosos, nos quais a natureza da **falácia** é de uma evidência imediata, e em geral até mesmo para as pessoas de pouco entendimento. Assim, pois, dos argumentos erísticos que mencionamos, os primeiros merecem realmente ser chamados “raciocínios”, mas aos segundos devemos reservar o nome de “raciocínios erísticos” ou “contenciosos”, e não simplesmente “raciocínios”, visto que parecem raciocinar, mas na realidade não o fazem. (ARISTÓTELES, , 100b 28-101a 4). (Destaquei.)

Para ficar mais claro, podemos adotar:

- **sofisma** para o primeiro tipo de erro de argumentação i.e., argumentar a partir de opiniões que **parecem** ser aceitas por todos etc.; e
- **falácia** para o segundo tipo de erro de argumentação, i.e., **parece** argumentar. Este é o significado tradicional, associado à expressão “falácia lógica”, i.e., um erro parecido com uma forma válida de argumentar.

O paralogismo é um erro de argumentação que ocorre nos contextos demonstrativos: partir de premissas que contêm erro científico aparente ou não facilmente detetável.

Mas, voltemos ao que interessa: falácias.

A partir daí a literatura sobre falácias se desenvolveu largamente, como mostra (HINTON, 2021), até chegar a uma afirmação que permite avanços consideráveis em nossa discussão. Vejamos:

Woods (Professor Honorário de Lógica do Departamento de Filosofia e Diretor do The Abductive Systems Group (TASG) da Universidade de British Columbia - Vancouver) então passa a examinar a literatura sobre as falácias mais conhecidas para ver o que se pensa que as torna falaciosas e chega à conclusão de que há um 'consenso notável no sentido de que o erro embutido na maioria dessas falácias é o erro de invalidade ou erro de fraqueza indutiva' (2007: 79). (HINTON, 2021, p. 100) (Traduzi.)

Vamos olhar para estas coisas. O mais fácil de identificar é o argumento falacioso que contém um erro formal de argumentação — **argumento não válido (ou inválido)** — detectável por tabela de verdade ou teste estrela. Neste caso, coisas interessantes acontecem: a conclusão pode ser verdadeira, as premissas podem ser verdadeiras, e a conclusão e as premissas podem ser verdadeiras, mas não há aquela relação entre premissas e conclusão que permite admitir que a conclusão está fundamentada, está sustentada pelas premissas.

Todas as formas não válidas de argumentação, falaciosas, já foram detestadas e eliminadas do contexto das discussões da lógica, até que **a lógica informal** chamou a atenção para o uso corrente — na ciência, no direito e no dia a dia —, de argumentos como as induções, em geral: enumeração, analogia; e outros como o uso da opinião de perito (“expert”), argumento a partir de posição de conhecer, argumento a partir de testemunho, argumento da causa ao efeito, e muitos outros (ver (WALTON; REED; MACAGNO, 2008)).

O recurso atualmente mais utilizado para o estudo deste tipo de argumento é o “esquema”, que corresponde à “forma” da lógica formal tradicional e as “questões críticas” como critério de avaliação — não há mais “validade”, mas **força indutiva (argumentativa)**, definida pela resposta adequada às questões críticas. As “questões críticas” enquanto permitem a avaliação de um argumento têm, pelo menos, duas funções primordiais:

- pelo lado do interlocutor opositor, oferecem elementos para a refutação do argumento, a partir da exibição da inadequação apontada pela questão que não recebe resposta satisfatória. E

- pelo lado do proponente, oferecem elementos para a correção e o reforço do argumento, pelo ajuste às questões que recebem resposta inadequada.

Vejam alguns desses “esquemas”, que transcrevo (e traduzo) de (WALTON; REED; MACAGNO, 2008).

9.3.1 Argumento por enumeração (ou por exemplo)

Este tipo de argumento é muito usado. No dia a dia, na ciência, no direito, por exemplo, a argumentação por enumeração é usada com frequência. Veja:

- 1) quando afirmamos “Todo mundo faz ‘isso’”, o que está por trás é uma enumeração:
 - a) Fulano faz ‘isso’;
 - b) Beltrano faz ‘isso’;
 - c) Sicrano faz ‘isso’; e segue a enumeração das pessoas que se sabe que fazem ‘isso’.
 - Daí, se conclui: Todo mundo faz ‘isso’.
- 2) Veja um exemplo comum da História da Ciência:
 - a) O cobre é um metal e se dilata sob a ação do calor;
 - b) O alumínio é um metal e se dilata sob a ação do calor;
 - c) O ferro ... e segue a enumeração dos metais submetidos à ação do calor (não é exatamente assim, sem a medição precisa do observado!!);
 - Daí, vem a lei conhecida: Todo metal se dilata sob a ação do calor.
- 3) Veja no direito, tanto em petições como em contestações e decisões, o uso da jurisprudência:
 - a) o tribunal tal decidiu ‘assim’;
 - b) o tribunal qual decidiu ‘assim’;
 - c) e segue a lista;
 - Daí, esse caso deve ser decidido ‘assim’.

Observe que estes argumentos seguem um “esquema”:

Esquema

- PREMISA O indivíduo *a* tem a propriedade *F* e também a propriedade *G*.
- PREMISA O indivíduo *b* tem a propriedade *F* e também a propriedade *G*.
- PREMISA O indivíduo *c* tem a propriedade *F* e também a propriedade *G*.
- PREMISA ...

- **PREMISSA** a, b, c, \dots são tipicamente objetos que têm a propriedade F e podem ou não ter a propriedade G .
- **CONCLUSÃO** Geralmente, se x tem a propriedade F então (usualmente, provavelmente, tipicamente) x tem também a propriedade G

Como fazer a avaliação de um argumento deste tipo, para decidir se ele é “forte”, aceitável? Através das questões críticas. Se a resposta a cada uma das questões é favorável ao que foi afirmado, o argumento pode ser aceito. E, se o proponente faz uma avaliação deste tipo, pode melhorar seu argumento, melhor adequando as premissas e a conclusão ao que pedem as questões. Então, veja as

Questões críticas

- Realmente, a, b, c, \dots têm as propriedades F e G ?
- Os exemplos a, b, c, \dots realmente apoiam a afirmação geral? São exemplos da generalização?
- a, b, c, \dots são casos típicos do tipo de casos a que se aplica a generalização?
- A generalização é forte e largamente aplicável?
- Há alguma circunstância especial atinente a a , ou a b , ou a c, \dots que impeça a generalização?

9.3.2 Argumento por analogia

Quantas vezes você já disse ou ouviu: “Isso” é igualzinho “àquela coisa” que Fulano acha muito bom. Vou comprar uma para mim.?

Aí há uma analogia e a justificação para um ação (comprar) é apresentada na forma de um argumento por analogia. Veja o esquema seguinte:

Esquema

- **PREMISSA:** Geralmente, o caso C_1 é similar ao caso C_2 .
- **PREMISSA:** A é verdadeira (falsa) no caso C_1 .
- **CONCLUSÃO:** A é verdadeira (falsa) no caso C_2 .

Questões críticas

- C_1 e C_2 são similares a respeito do que é citado?
- A é verdadeira (falsa) em C_1 ?
- Há diferenças entre C_1 e C_2 que poderiam minar a força da similaridade citada?
- Há algum outro caso C_3 que também é similar a C_1 , mas no qual A é falsa (verdadeira)?

Conseguiu entender? A ciência muito se vale de analogias (lembra-se do sistema solar e o átomo?). No direito, além da referência explícita à analogia na LINDB, os precedentes só têm sentido se fundados em argumentos por analogia.

Nota 9.3.1 Sobre analogia, deve-se considerar:

- “Uma analogia é uma comparação entre dois objetos, ou sistema de objetos, que destaca aspectos nos quais são pensados como similares. Um raciocínio analógico é um tipo de pensamento que repousa sobre uma analogia. Um argumento por analogia é uma representação explícita de uma forma de raciocínio analógico que cita similaridades aceitas entre dois sistemas para apoiar a conclusão que algum alguma similaridade adicional existe.” (BARTHA, 2013) (Traduzi.)^a
- muitas vezes o argumento por analogia está fundado sobre semelhanças de estrutura ou relações e não propriedades conhecidas de objetos. (Lembre-se da analogia entre o Sistema Solar e o Átomo.)
- boa discussão sobre analogia se encontra em (RIBEIRO, 2014), especialmente em (BERMEJO-LUQUE, 2014)

^a An analogy is a comparison between two objects, or systems of objects, that highlights respects in which they are thought to be similar. Analogical reasoning is any type of thinking that relies upon an analogy. An analogical argument is an explicit representation of a form of analogical reasoning that cites accepted similarities between two systems to support the conclusion that some further similarity exists. (BARTHA, 2013)

9.3.3 Argumento por uso da opinião de perito (“especialista”)

Esquema

- **PREMISSA:** *E* é um perito no domínio *S* que contém a proposição *A*.
- **PREMISSA:** *E* assevera que a proposição *A* é verdadeira (falsa).
- **CONCLUSÃO:** *A* é verdadeira (falsa).

Observação 9.3.2 Examine as duas premissas seguintes, em geral omitidas, que completam este tipo de argumento:

PREMISSA DE CONEXÃO (GARANTIA): Se *E* é um especialista no domínio *S* que contém a proposição *A* e *E* assevera que a proposição *A* é verdadeira (falsa), então *A* é verdadeira (falsa).

PREMISSA DE RESPALDO: Todo especialista que tem conhecimento sobre um assunto e fala sobre ele, faz afirmações verdadeiras.

A avaliação deste tipo de argumento é feita pelas seguintes

Questões críticas

- *E* é uma fonte especializada confiável?
- *E* é um especialista na área de *A*?
- O que *E* realmente asseverou que implica *A*?

- E pessoalmente é uma fonte confiável?
- A é consistente com o que outros especialistas asseveram?
- A asserção de E é baseada em evidência?

Nota 9.3.3 É muito importante distinguir este esquema do esquema do **Argumento de autoridade**, pois há quem faça muita confusão. Os especialistas, os peritos, podem ser considerados “autoridades” naquela área técnica ou de conhecimento que dominam, mas há autoridades, vamos dizer, com ‘A’ maiúsculo, que impõem, justificam, apoiam suas afirmações no “poder” que detêm. Quer ver? Quando o pai, a mãe, diz: “Não faça isso, menino!” ou quando o professor diz: “Se não entregar no prazo, é zero!” Nestes casos, qual é a premissa, a justificativa? “Porque eu estou dizendo!” I.e., “tenho autoridade” para isso.

Assim, o critério para a avaliação da força de um argumento desse tipo é a competência da autoridade envolvida. É um argumento semelhante ao *Argumentum ad baculum*, que significa mais ou menos, apelo à força física (*‘baculum’* pode ser traduzido como ‘porrete’, ‘cacete’).

Veja mais alguns esquemas e construa argumentos com matéria que você conhece.

9.3.4 Argumento por uso de posição de conhecimento

Esquema

- **PREMISSA:** A fonte *a* está uma posição de saber que A é verdadeira (falsa).
- **PREMISSA:** *a* assevera que A é verdadeira (falsa).
- **CONCLUSÃO:** A é verdadeira (falsa).

Observação 9.3.4 Examine as duas premissas seguintes, em geral omitidas, que completam este tipo de argumento:

PREMISSA DE CONEXÃO (GARANTIA): Se a fonte *a* está em um posição de saber que A é verdadeira (falsa) e *a* assevera que A é verdadeira (falsa), então A é verdadeira (falsa).

PREMISSA DE RESPALDO: Todos os que têm conhecimento sobre um assunto e falam sobre ele, fazem afirmações verdadeiras.

Questões críticas

- *a* está em uma posição de saber se A é verdadeira (falsa)?
- *a* é uma fonte honesta (confiável)?
- *a* asseverou que A é verdadeira (falsa)?

Observou a semelhança deste esquema com o anterior? Pense nas diferenças e nas situações características em que é usado.

9.3.5 Argumento por uso de declaração de testemunha (“Witness Testimony”)

Este tipo de argumento é comum nos tribunais, mas muito usado no dia a dia. Pense. Quantas vezes recorreremos à declaração de uma pessoa para garantir o que afirmamos?

Esquema

- **PREMISSA:** A testemunha *W* está em posição de saber se *A* é verdadeira ou não.
- **PREMISSA:** A testemunha *W* está dizendo o verdadeiro (como *W* sabe).
- **PREMISSA:** A testemunha *W* afirma que *A* é verdadeira (falsa).
- **CONCLUSÃO:** *A* deve ser, plausivelmente, tomada como verdadeira (falsa).

Questões críticas

- O que a testemunha disse é internamente consistente?
- O que a testemunha disse é consistente com os fatos conhecidos do caso (baseado em evidência diferente do que a testemunha assevera)?
- O que a testemunha disse é consistente com o que outras testemunhas disseram independentemente?
- Há algum tipo de tendência que pode ser atribuída ao que disse a testemunha?
- A afirmação *A* asserida pela testemunha é plausível?

9.3.6 Argumento por uso da Opinião popular

Esquema

- **PREMISSA:** *A* é geralmente aceita como verdadeira.
- **PREMISSA:** Se *A* é geralmente aceita como verdadeira, isso apresenta razão a favor de *A*.
- **CONCLUSÃO:** Há razão a favor de *A*.

Questões críticas

- Que evidência, como resultado de uma consulta ou um apelo ao conhecimento comum, apóia a afirmação de que *A* é geralmente aceito como verdadeiro?
- Mesmo se *A* é geralmente aceita como verdadeira, existem quaisquer boas razões para duvidar de que seja verdadeira?

9.3.7 Argumento da Correlação à Causa

Esquema

- **PREMISSA:** Há uma correlação positiva entre A e B.
- **CONCLUSÃO:** A causa B.

Questões críticas

- Há uma correlação positiva entre A e B?
- Há uma quantidade significativa de correlações positivas entre A e B?
- Há boa evidência que a relação causal vai de A a B e não de B a A?
- Pode-se descartar que a correlação entre A e B seja explicada por algum terceiro fator (uma causa comum) que causa A e B?
- Se houver variáveis intervenientes, pode ser mostrado que a relação causal entre A e B é indireta (mediada por outras causas)?
- Se a correlação não se mantiver fora de uma certa faixa de causas, então os limites dessa faixa podem ser claramente indicados?
- Pode-se demonstrar que aumentos ou mudanças em B não se devem apenas à forma como B é definido, à forma como as entidades são classificadas como pertencentes à classe de B, ou à mudança de padrões, ao longo do tempo, da forma como os Bs são definidos ou classificados?

9.3.8 Argumento da Causa ao Efeito

Esquema

- **PREMISSA:** Geralmente, se A ocorrer, então B irá (ou poderá) ocorrer.
- **PREMISSA:** Neste caso, A ocorre (ou pode ocorrer).
- **CONCLUSÃO:** Neste caso, B irá (ou poderá) ocorrer.

Questões críticas

- Quão forte é a generalização causal (se é que é verdade)?
- A evidência citada (se houver) é forte o suficiente para justificar a generalização conforme declarada?
- Existem outros fatores que podem interferir ou neutralizar a produção do efeito neste caso?

Há muitos outros esquemas — [Walton, Reed e Macagno \(2008\)](#) lista 63 — e a origem de todo este tipo de caracterização está em [Aristóteles](#) ().

Dever de Casa 9.3.5 *Procure situações em que esses tipos de argumentos são usados, liste-as e comente-as.*

9.4 A refutação.

Tudo o que desenvolvemos até agora foi para garantir que podemos criticar toda pretensão de conhecimento através da avaliação da **justificação** que, na maioria das vezes, toma a forma de um argumento. Assim, se nossas investigações pela justificação levam a formas argumentativas válidas e aceitamos como verdadeiros os fundamentos (as premissas) dos argumentos apresentados, tudo bem. Integramos novos conhecimentos à nossa “base de conhecimentos”. Mas se isto não ocorre, o que vamos fazer? “Botar cara feia?”, “Partir para a briga?”, “Deixar as coisas como estão?”, dizer “Fique com sua verdade que fico com a minha?”, o que vamos fazer?

Veja o que diz [Walton \(2009, p. 1\)](#):

A noção de argumento racional parece ser baseada em uma noção subjacente de conflito, ou oposição entre um argumento e outro. (p. 1) (Traduzi.)

Entendeu?

A única postura racional, crítica, de não aceitação de um ponto de vista é a **oposição**, cuja nomenclatura corrente nas discussões sobre argumentação gira em torno de: “attack, rebuttal, objection and refutation” ([WALTON, 2009, p. 1](#)), que significam, aproximadamente, ataque, réplica, objeção e refutação.

Vamos olhar para estas coisas. Quando discutimos ‘Crença’, ‘Verdade’ e ‘Justificação’ descobrimos que há várias teorias para explicar cada um destes termos. Algumas são mais aceitas do que outras, umas foram superadas, enquanto outras ainda geram discussão entre filósofos. Todas elas servem de base, de uma forma ou outra, para sustentar nossos pontos de vista. Observe que a decisão sobre como argumentar leva em conta o “auditório” a que se dirige. Vamos adiante.

Dispondo das técnicas que apresentamos, ficou fácil identificar argumentos válidos e distingui-los dos falaciosos, utilizando recursos simples como tabela de verdade ou teste estrela. A partir daí podemos construir várias estratégias de **ataque**.

Já caracterizamos os erros fundamentais de argumentação, já descritos por Aristóteles em ([ARISTÓTELES](#), , 100b 24 a 26; 101a 5 a 6; 101a 13 a 15): o sofisma, a falácia e o paralogismo (demonstração que parte de premissas que contêm suposições não admissíveis).

Vamos tratar de dois destes erros: o sofisma e a falácia.

Como refutar um sofisma?

O mais simples é exhibir, pelo menos, uma premissa falsa ou inaceitável. A maneira de fazer isto depende do auditório (lembre-se dos ensinamentos retóricos), mas uma teoria qualquer da verdade vai estar em jogo.

A refutação das falácias pode ser resolvida pela simples exibição do erro lógico correspondente. Ou o argumento não é válido, ou o argumento é fraco.

No caso de um argumento inválido, a conclusão pode ser verdadeira, as premissas podem ser verdadeiras, e a conclusão e as premissas podem ser verdadeiras, mas não há aquela relação entre premissas e conclusão que permite admitir que a conclusão está fundamentada, está sustentada pelas premissas. Se isto for suficiente para o interlocutor opositor, basta isto. Se não, devemos enquadrar o argumento em um dos esquemas já estudados e através das questões críticas correspondentes, mostrar que o argumento é fraco.

Pronto! Aí está nosso estudo da refutação.

Obviamente, este tipo de estudo não se encerra assim, facilmente. Há bibliografia suficiente, inclusive na internet, para a continuação destas discussões. Vá lá. Investigue.

A teoria da argumentação feminista

Releia, com atenção, o que foi dito sobre refutação e compare com a análise da citação seguinte:

As teorias sobre a discussão geralmente assumem que os argumentadores discordam e, por vezes, a discussão funciona como um tipo de batalha entre ideias (que podem substituir o combate físico entre pessoas). A orientação contrária entre pessoas que discutem pode, no entanto, marginalizar os padrões de comunicação das mulheres e desconsiderar as normas sociais de “feminilidade” (que normalmente se aplicam às mulheres e às moças, mas variam ao longo do tempo e da cultura). A ligação entre “masculinidade” (entendida também como uma norma social, ideal ou papel) e processos adversários de raciocínio pode ser intensificada e até mesmo tornar-se estilizada como um método, próprio de uma disciplina, na filosofia euro-americana contemporânea (Moulton 1983; Burrow 2010; Rooney 2010; Alcoff 2013). (HUNDLEBY, 2023) (Traduzi.)

Veja como os mesmos problemas que são colocados em relação à Epistemologia — que, historicamente marginalizou as ideias desenvolvidas por mulheres — são postos para a teoria da argumentação. Pensar a argumentação como uma prática entre opositores que nada têm em comum ou cujos interesses não podem ser conciliados é típico da forma como a refutação é vista no debate acadêmico, judicial, no dia a dia. Deve haver um vencedor. As filósofas e lógicas feministas que discutem argumentação chamam atenção para essa caracterização “masculinizada”, guerreira, machista, sexista da argumentação e do próprio debate filosófico.

Isso pode parecer irrelevante, mas veja o que diz Ayin, *apud* (HUNDLEBY, 2023, p. 4 – 5):

Os filósofos tendem a valorizar seus alunos “mais perspicazes”, a quem eles podem elogiar abertamente por seus insights “penetrantes”. Ocasionalmente eles encontram estudantes de inteligência “penetrante”, um ou dois talvez com mentes como “armadilhas de aço”. Os filósofos consideram esses alunos importantes: eles exigem oponentes “de mente dura” com quem possam “enfrentar-se” na sala de aula, para que possam mostrar aos outros do que trata o “impulso” da argumentação filosófica. Essa “batalha de inteligência” é um tanto arriscada, no entanto, e um “combatente” deve ter o cuidado de sempre “levar vantagem”, de “ganhar o polegar para baixo”, de “evitar ser alcançado pelo seu próprio petardo”. Se você se sentir pressionado pelo tempo no final de uma palestra, com suas “costas contra a parede”, ou como ocasionalmente é expresso de forma ainda mais colorida, “entre uma rocha e um lugar duro”, você pode ter que recorrer a “táticas de braço forte”, a comentários “farpados”, “ir para a jugular”, “cortar em pedaços o argumento de um oponente”, ou “trazer as armas grandes ou artilharia pesada”. Se forem pegos no meio de um dilema real, muitos até terão que “pegar o

touro pelos chifres” ou refutar o dilema apresentando um dilema do “contra”. (Ayim 1988: 188) (Traduzi.)

Nessa discussão, uma distinção interessante é a que se faz entre o “Método Adversário” de argumentação e a “Argumentação Cooperativa”. Veja:

As mesmas preocupações epistemológicas feministas motivam o modelo de “**argumentação cooperativa**” de Michael Gilbert, que trata a argumentação como uma comunicação que envolve muito mais do que uma expressão genérica de um complexo premissa-conclusão. Na argumentação cooperativa, as opiniões dos oradores opõem-se umas às outras sem que as pessoas que falam se oponham. A orientação dos argumentadores para outras pessoas exige que eles considerem a sua interligação com aqueles que estão na conversa e como as suas decisões afetam os outros. Neste modelo colaborativo, a derrota nem das ideias nem do adversário fornece o objetivo; em vez disso, o objetivo é encontrar um terreno comum entre as pessoas, o que requer uma visão ampla de considerações relevantes (1994; 1997). Os processos de argumentação cooperativa exigem mais informações do que o necessário simplesmente para encontrar falhas nos argumentos dos outros. (HUNDLEBY, 2023, p. 15 – 16) (Traduzi e pus ênfase.)

Basta.

Aí está uma boa introdução à questão.

Dever de Casa 10.0.1 *Vá à Internet e procure e leia textos adicionais sobre esses pontos de vista. Esquematize-os e comente-os.*

Referências

- ALCOFF, L. M.; KITTAY, E. F. *Companion to Feminist Philosophy*. 1. ed. MA, USA: Blackwell Publishing, 2007. [58](#), [59](#)
- ANDERSON, E. Feminist epistemology and philosophy of science. In: (EDS.), E. N. Z. . U. N. (Ed.). *Stanford Encyclopedia os Philosophy*. Spring 2020. Stanford, CA: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020. [58](#), [59](#), [60](#), [61](#)
- ARISTÓTELES. *Tópicos*. [S.l.: s.n.]. [98](#), [107](#)
- ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*. [S.l.: s.n.], s.d. [38](#), [63](#), [64](#)
- BARTHA, P. *Analogy and Analogical Reasoning*. Stanford, CA: The Metaphysics Research Lab - CSLI, 2013. [103](#)
- BERMEJO-LUQUE, L. Systematic approaches to argument by analogy. In: _____. [S.l.]: Springer, 2014. (Argumentation Library 25), cap. The Uses of Analogy, p. 57–71. [103](#)
- COSTA, C. F. *Filosofia da linguagem*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002. [35](#)
- COSTA, C. F. *Sobre Jogo de Linguagem*. 2020. [30](#)
- DICIO Dicionário on line de Português. 2020. [28](#)
- FREEMAN, J. B. *Argument Structure: Representation and Theory*. Dordrecht: Springer, 2011. [89](#)
- FREGE, G. Peirce, frege. In: _____. São Paulo: Abril Cultural, 19xx. (Os Pensadores, XXXVI), cap. Sobre a justificação científica de uma conceitografia, p. 195–199. [27](#), [28](#)
- GENSLER, H. *Apostila de Lógica*. [S.l.], 2015. [90](#)
- GENSLER, H. J. A simplified decision procedure for categorical syllogisms. *Notre Dame Journal of Formal Logic*, XIV, n. 4, p. 457–466, October 1973. [92](#)
- GENSLER, H. J. *Why does the star test work?* 2021. [92](#)
- GETTIER, E. É a crença verdadeira justificada conhecimento? *Crítica na Rede*, 2021. [57](#)
- GRÁCIO, R. A. *Racionalidade Argumentativa*. Porto: Asa, 1993. [81](#)

- HINTON, M. *Evaluating the Language of Argument*. Switzerland: Springer, 2021. (Argumentation Library, 37). [99](#)
- HUNDLEBY, C. E. Feminist perspectives on argumentation. In: (EDS.), E. N. Z. . U. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2023. Stanford, CA: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2023. [109](#), [110](#)
- MELO, M. C. de. *Voto - ADO 26DF*. 2019. Site STJ. [18](#)
- MORAN, e. a. D. *The Routledge Companion to Twentieth Century Philosophy*. Lodon: Routledge, 2008. [39](#)
- MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. [41](#), [43](#)
- NUNES, Á. O que é o conhecimento? *Crítica na Rede*. [41](#)
- NUNES, Á. Argumentação e retórica. *criticanarede.com*, 2015. [72](#), [81](#)
- PERELMAN, C. *O império retórico*. Porto: Asa, 1993. [79](#)
- PLATÃO. *Teeteto*. 2021. [40](#)
- RIBEIRO, H. J. *Systematic Approaches to Argument by Analogy*. Dordrecht: Springer, 2014. [103](#)
- STEFANI, J. Conhecimento e argumentação em Aristóteles. *HYPNOS*, n. 31, p. 199 – 218, 2º semestre 2013. [71](#)
- WALTON, D. Objections, rebuttals and refutations. In: RITOLA, J. (Ed.). *Argument Cultures: Proceedings of the 8th OSSA Conference*. Ontario, 2009. p. 1 – 10. [107](#)
- WALTON, D.; REED, C.; MACAGNO, F. *Argumentation Schemes*. USA: Cambridge University Press, 2008. [99](#), [100](#), [107](#)
- WITTGENSTEIN, L. *Tratado lógico-filosófico e Investigações Filosóficas*. 6ª. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015. [30](#)



ISBN: 978-65-88305-81-2



ORL